

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**Produção ou predação:**

O aparato do agronegócio mato-grossense e suas consequências pela perspectiva yawalapíti

**Diego Gabriel Leandro Moreira**

Brasília, 2023.

**Diego Gabriel Leandro Moreira**

**Produção ou predação:**

O aparato do agronegócio mato-grossense e suas consequências pela perspectiva yawalapíti

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Antropologia.  
Orientador: Stephen Grant Baines  
Coorientador: João Carlos A. S. Almeida

## Resumo

Este é um trabalho sobre os impactos do avanço das fronteiras agrícolas sobre a Terra Indígena do Xingu (TIX), situado em Mato Grosso. Trago a perspectiva do povo Yawalapíti como a referência local, estes que são 1 dos 16 povos que vivem na TIX e que apesar de terem a terra demarcada e homologada estão em situação de forte pressão pelas atividades predatórias que acercam seus limites. O entorno do território é marcado por grandes latifúndios de monocultura – principalmente soja, milho e algodão – e em menor escala a criação de gado para corte. Esta região de fazendas vizinhas a terra indígena (TI) é local das cabeceiras dos três principais rios formadores do Rio Xingu – Rios Kurisevo, Kuluene e Ronuro – estes que ficaram fora da demarcação da TI por processos políticos e de interesse do Estado de Mato Grosso. A centralidade dos impactos se dá nesta distribuição geográfica, considerando que é costumaz o uso de agrotóxicos nas grandes lavouras, fazendo com que as três cabeceiras dos rios formadores sejam contaminadas e conseqüentemente violam os direitos dos povos indígenas que necessitam deste rio para seu estilo de vida. Dado breve cenário, a finalidade desta obra é compreender o cenário ecológico e ambiental, considerando a perspectiva yawalapíti e sua articulação para proteção do território e preservação da cultura alto-xinguana.

**Palavras-chave:** Yawalapíti; Agronegócio; Disputa de terras; Alto Xingu; Socioambientalismo.

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

APP – Área de Proteção Permanente

ATIX – Associação Terra Indígena do Xingu

DTC/MT – Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso.

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

FAB – Força Aérea Brasileira

FAPESP – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas de São Paulo

FBC – Fundação Brasil Central

FPA – Frente Parlamentar do Agronegócio

IA – Instituto Aritana

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Estatística

KKR – Kurisevo, Kuluene e Ronuro

MT – Mato Grosso

PIB – Produto Interno Bruto

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PROIC – Programa de Iniciação Científica

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileira

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TI – Terra Indígena

TIX – Terra Indígena do Xingu

UDN – União Democrática Nacional

VBP – Valor Bruto da Produção Agropecuária

## Lista de Figuras

Figura 1. O começo de tudo.....	13
Figura 2. Nova aldeia Yawalapíti.....	15
Figura 3. Complexo agroindustrial em Canarana/MT.....	26
Figura 4. Rio Kuluene.....	36
Figura 5. Walaku Yawalapíti discursando em assembleia do Instituto Aritana.....	38
Figura 6. Atividade de coleta de madeira em território yawalapíti.....	41
Figura 7. Construção da casa de Yamiko Yawalapíti.....	42
Figura 8. Processo de amarração de varetas de oca alto-xinguana.....	43
Figura 9. Arara-Canindé sobre casa alto-xinguana em construção.....	45
Figura 10. Tapi e Walaku Yawalapíti.....	51
Figura 11. Yamiko e Walaku tocando <i>wüpü</i> .....	54
Figura 12. Povos alto-xinguanos reunidos no centro da aldeia yawalapíti.....	55
Figura 13. Jovem yawalapíti saindo da reclusão.....	56
Figura 14. Indígenas acompanham cantos durante a madrugada.....	57
Figura 15. Partilha de comida pós mutirão na aldeia yawalapíti.....	59

## Lista de Anexos

<b>Anexo 1.</b> Projetos de delimitação e demarcação do Parque Indígena do Xingu.....	66
<b>Anexo 2.</b> Mapa de uso e cobertura do solo da região de estudo.....	67

## Sumário

Apresentação.....	13
Introdução.....	14
Capítulo 1 – Agribusiness.....	19
1.1 Estruturação do agronegócio.....	19
1.2 Ciranda financeira do “agro” .....	21
1.3 Agricultura familiar e patronal.....	23
1.4 Mercado de terras em Mato Grosso.....	27
1.5 Dimensionando o conflito.....	30
1.6 Jurisdição combativa.....	32
Capítulo 2 – Os Yawalapíti.....	35
2.1 Alto Xingu.....	35
2.2 O uso dos recursos naturais na cultura material e imaterial.....	41
2.3 Cosmologia.....	46
2.4 Perspectiva e articulação Yawalapíti.....	49
2.5 Impactos no <i>Itsatchi</i> .....	53
2.6 Tecnologias e fiscalização.....	59
Conclusão.....	61
Referências bibliográficas.....	68
Referências complementares.....	70

## **Epígrafe**

Eu dou um recado para vocês brancos, para que não poluam os rios. Porque isso vai afetar o futuro não só dos índios, mas dos filhos de vocês também.

**Aritana Yawalapíti**

Se os brancos pudessem, como nós, escutar outras palavras que não as de mercadoria, saberiam ser generosos e seriam menos hostis conosco. Também não teriam tanta gana de comer nossa floresta

**Davi Kopenawa.**



## Agradecimentos

Agradeço, primeiramente a todo povo e comunidade Yawalapíti, não somente pela parceria desenvolvida para o desenvolvimento desta monografia, mas por toda relação de amizade também que me marcou desde que nos encontramos e nos conhecemos em 2018. A forma com que me acolheram, mostraram interesse na proposta de pesquisa, todo o esforço e trabalhou em conjunto para que este trabalho fosse bem-sucedido.

Agradecimentos especiais para aos meus anfitriões Walamatiu e Tuíra por toda receptividade. Agradeço ao meu grande amigo e parceiro de futebol Paru e aos irmãos Walaku e Tapi por todo acolhimento na aldeia. Deixo meus agradecimentos também as pessoas que foram entrevistadas e foram essenciais para meu processo de aprendizagem preliminar sobre a perspectiva do povo sobre alguns temas que tratarei no decorrer desta obra. Abraços, Tumin, Collor, Wirakumã, Guerra<sup>1</sup>, Tunuly, Totomai, Tapi, Tepori, Walaku, Walamatiu, Babalu. Estendo os agradecimentos aos indígenas Ashaua Kuikuro, Danillo Kuikuro, Mirawa Yawalapíti, Collor Yawalapíti e Yamony Yawalapíti pelos registros fotográficos que estão referenciados ao longo do texto.

Agradeço aos meus amigos Giorgio Garcia, Ashaua Kuikuro e Mariri Yawalapíti pela ajuda na logística durante minhas breves passagens pela cidade de Canarana em Mato Grosso.

Agradeço a toda minha família, em especial a minha avó Edemisa Leandro e a minha mãe Edslaine Leandro. Pela criação que elas me deram, mas principalmente pelo incentivo à educação e por todas as portas que elas abriram para mim durante os meus 18 anos de estudos até o presente momento. Fizeram com que eu enxergasse o caminho dos estudos não como uma trilha espinhosa de obrigações, mas sim como um mar de possibilidades e horizontes.

No âmbito da orientação, dois pesquisadores doutores foram essenciais para minha pesquisa, deixo meus agradecimentos ao meu orientador Stephen Grant

---

<sup>1</sup> O interlocutor optou por usar um pseudônimo escolhido por ele mesmo, todos os outros nomes trabalhados neste trabalho são nomes reais.

Baines<sup>2</sup> e ao meu coorientador João Carlos A. S. de Almeida<sup>3</sup> por todo processo de revisão, suporte, troca de saberes e técnicas, “puxões de orelha”, mas especialmente por terem proporcionado um primeiro contato de orientação que foi uma das experiências mais enriquecedoras que tive no âmbito da escrita acadêmica.

Agradeço aos professores Jesulino da Rocha e Rosalvo Duarte, do Curso de Capacitação em Desenvolvimento de Estratégias para Monitoramento e Vigilância, realizado no Posto Leonardo Villas-Bôas. Curso coordenado por João Carlos A. S. de Almeida, no qual participei do segundo módulo como ouvinte e efetuei uma excursão a campo durante o meu período de pesquisa de campo.

Agradeço também a todo o corpo do Laboratório e Grupos de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI/UnB) que foi essencial para o meu amadurecimento como pesquisador assim como expandir os horizontes da minha pesquisa ao conhecer e entender os processos de escrita e pesquisa dos colegas.

Agradeço ao Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília pela oportunidade de ingresso na pesquisa. Lá desenvolvi o projeto intitulado “Perspectiva Yawalapiti sobre os grandes projetos desenvolvimentistas e suas consequências.” que foi uma das bases para pensar a estrutura desta monografia.

Meus sinceros agradecimentos a todas professoras e professores que marcaram minha trajetória acadêmica, apesar do trabalho assíduo de orientação que recebi, cada professor que tive oportunidade de estar junto em sala de aula colaborou para meu desenvolvimento sobre a escrita, pensamento crítico, coleta de dados, pesquisa de campo e diversos outros aspectos que geraram frutos durante minha graduação. Este trabalho é reflexo dos estímulos e aprendizados que recebi em sala de aula e encontros de outras naturezas.

Agradeço a todos meus colegas de graduação e pós-graduação que me acompanharam desde meu ingresso no curso em 2019 até o ano presente. Poder compartilhar ideias e saberes não só sobre a pesquisa, mas sobre todas as coisas e aspectos da vida me ajudou significativamente a me sentir pertencente a esta

---

<sup>2</sup> Currículo Lattes disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7171052616253604>>

<sup>3</sup> Currículo Lattes disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6154754208197742>>

imensidão que é o campus Darcy Ribeiro e seus muitos prédios. Aos amigos que tiveram oportunidade de acompanhar e ler minhas produções, os agradeço de coração, vocês foram essenciais no processo de consolidação e construção desse ser acadêmico que vos escreve, assim como tornou o processo de estudos e pesquisa fluídos.

Por fim agradeço a mim por toda dedicação nestes 4 anos e meio de graduação. Mediante a problemas familiares, financeiros, emocionais, pandêmicos etc. Apesar dos pesares consegui manter meu foco graças a todas as pessoas que foram citadas até aqui. A luta é coletiva, sem toda essa estrutura de pessoas, grupos, entidades, órgãos e lugares não seria possível nada que será narrado e descrito a seguir.

## **Dedicatória**

A pesquisa desenvolvida está previamente autorizada e documentada a partir da Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Reitero que a pesquisa foi remetida e julgada pela Assessoria de Acompanhamento a Estudos e Pesquisas – Presidência (AAEP/GAB/PRES/FUNAI) que me atenderam de prontidão para realizar todos os trâmites burocráticos necessários para deliberação final.

O plano projeto deste trabalho foi analisado pela equipe de pareceristas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que avaliaram e efetuaram pareceres favoráveis relacionados a programação e estrutura proposta para a realização deste trabalho.

O Departamento de Antropologia de Brasília (DAN/UnB) colaborou para a realização de três idas a campo através de editais de auxílio a pesquisa de campo. Reitero que o suporte financeiro prestado foi essencial para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Durante o “Curso de Capacitação em Desenvolvimento de Estratégias para Monitoramento e Vigilância”, realizado no Posto Leonardo Villas- Bôas aprendi a utilizar ferramentas de georreferenciamento, como o *Times-tamp Capture* e o *Avenza Maps*, estas que foram essenciais para os registros de campo no campo de georreferenciamento e geolocalização.

## Apresentação

Meu primeiro contato com o povo Yawalapíti em meados de abril de 2018 (figura 1), ocorreu durante a exposição “Yawalapiti: entre tempos” do fotógrafo francês Olivier Boëls, no Museu Nacional da República. Frequentei a exposição por quase todos os dias úteis entre 19 de abril a 20 de maio e lá fiz muitos amigos, me encantou toda a história e luta deste povo indígena. Sempre me recebiam com muita alegria, com seus adornos e pinturas. Foram várias as apresentações culturais que fizeram, com o intuito de propagar a cultura alto-xinguana na capital do país.

Figura 1: O começo de tudo.<sup>4</sup>



Foto de Collor Yawalapíti (2018)

Um destes dias cheguei e o clima era totalmente tenso, ninguém estava pintado ou com adorno, todos estavam com semblante triste e as apresentações culturais foram canceladas. Busquei entender o porquê, me informaram que estavam de luto, que uma indígena foi atacada por uma onça (*Panthera-onca*) no Posto Leonardo Villas-Bôas. Muitos dos indígenas que estavam de luto afirmaram que este ataque não acontecia há muito tempo e que talvez um dos fatores de influência para estas ocorrências de ataques de onça que aumentaram em 2018 se deve a expansão das

---

<sup>4</sup> Foto tirada durante visita a exposição citada, fui com alguns colegas de ensino médio da escola pública. Da esquerda para direita, Darcy Closs Neto, Walamatiu Yawalapíti e eu, Diego Moreira.

fronteiras do agronegócio, fazendo com que estes grandes felinos tivessem menos território para percorrer e com mais frequência se aproximavam das aldeias. Além de possivelmente serem reprimidos pelos fazendeiros e passarem a enxergar os seres humanos como um ser de risco, justificando assim o ataque sofrido.

A partir deste momento passei a pensar em quais âmbitos e como o agronegócio poderia afetar os povos desta região. Para isso, optei por cursar Antropologia na Universidade de Brasília e esta obra é um dos resultados do meu projeto destinado a entender estes impactos e algumas decorrências. Me dediquei a um PIBIC no edital 2022-2023 para iniciar minha pesquisa neste âmbito e direcionei toda minha carreira acadêmica de graduação com foco nesta pesquisa.

Esta monografia conta com 3 capítulos, o primeiro para compreender o mercado de terras de Mato Grosso e a formação do Território Indígena do Xingu por Menezes (2000), a implementação do agronegócio por Pompeia (2010;2021), Davis (1955), Novas e Jensen (2020). A partir desta construção fazer uma análise das inconsistências tanto na formação do agronegócio quanto consequências deste modelo de produção, por Eloy *et al.* (2020), Gomes (2022), Moreira (2023a), Novaes e Jensen (2020) e por fim evidenciar os impactos ambientais gerados pelos avanços das fronteiras do agronegócio sobre a TIX, assim como uma contextualização sobre a região por ISA (2023), Menezes (2000), Moreira (2023a), Smith (2022). O segundo capítulo traz a perspectiva do povo Yawalapíti sobre todo o debate trazido nesta obra, além de algumas histórias da cosmologia local, fruto de um trabalho de campo de 54 dias seguidos juntamente com as obras de Viveiros de Castro (1987), Almeida (2023), Lévi-Strauss (1942), Moreira (2023b), Seeger *et al.* (1979).

O diferencial deste trabalho é trazer a perspectiva indígena juntamente com suas categorias yawalapíti para entender os impactos de agronegócio. A intenção não é apenas trazer dados referentes à derrubada e a retirada de madeira ilegal na TIX, mas também compreender o que representa a árvore para os povos que vivem na TI por exemplo. Este trabalho e toda minha pesquisa está direcionada para se compreenda o quão urgente são as implementações de políticas públicas para a defesa não só da TIX, mas de todas as terras indígenas, quilombos e terrenos ribeirinhos.

## Introdução

Os Yawalapíti vivem na região do Alto Xingu (figura 2)<sup>5</sup>, parcela da Terra Indígena do Xingu<sup>6</sup>. Nesta TI, atualmente, vivem 16 povos indígenas, com 5 origens linguísticas distintas – aruaque, caribe, tupi, jê e língua isolada – mostrando-se assim uma região de grande importância cultural. A demarcação da terra ocorreu em 1961 e, desde então, os povos se articulam para efetuar uma boa gestão territorial, considerando as pressões de grandes empreendimentos voltados para o agronegócio em seu redor. Existe uma miríade de relações entre os povos indígenas do Mato Grosso e as grandes fazendas que se estabeleceram no estado, “tais relações costumam ser marcadas por embates políticos e conflitos físicos, gerados, principalmente, pelas disputas de terras.” (MOREIRA, 2023a, p. 02).

Figura 2: Nova Aldeia Yawalapíti.



Foto de Danillo Kuikuro (2023)

---

<sup>5</sup> Existem atualmente 3 aldeias do povo, sendo a da figura acima a principal. Ao seu lado, se localiza a segunda aldeia chamada Tuatuari e a cerca de 3km do Posto Leonardo Villas-Bôas existe uma pequena aldeia antiga do povo onde ainda residem um grupo pequeno.

<sup>6</sup> Anteriormente, o território recebeu o nome de Parque Indígena do Xingu. Atualmente, usa-se a alcunha de Terra Indígena do Xingu.

Apesar de existirem problemas relacionados à gestão do território, que conta com aproximadamente 2,6 milhões de hectares, os povos que vivem na TIX estabelecem a parte sul do Corredor Xingu<sup>7</sup>. A região do Alto Xingu é uma região de ecótonos<sup>8</sup> – área de transição entre biomas, no caso entre o cerrado e a floresta amazônica – formada por densas florestas, em áreas de terra firme, e campos de cerrado, em áreas alagadas. A região faz fronteira com o agronegócio e seu modelo de produção que tem ameaçado ambos os biomas. Segundo dados da WWF-Brasil (2022), o cerrado perdeu mais de 50% da sua cobertura vegetal original, entre 1970 e 2018<sup>9</sup>. Uma reportagem da agência de jornalismo investigativo Pública (2023), utilizando os dados do DETER- INPE<sup>10</sup>, evidencia que o estado de Mato Grosso foi o mais desmatado da região, atingindo a marca de 34,1% de perda florestal na Amazônia Legal em 2023.

Existe uma disputa de terras na região, movida por uma pressão por novas áreas para a expansão agropecuária, a grilagem de terras, a retirada ilegal de madeira e a expansão do garimpo. Estas ações provocaram a derrubada de 70 mil hectares de floresta no Pará e Mato Grosso em apenas 6 meses em 2018. (ISA, 2018). Fica evidente a necessidade de esforços por parte dos indígenas para defender seu território e, conseqüentemente, proteger sua cultura. Entretanto, para compreender sobre a perspectiva e a articulação combativa dos Yawalapíti necessário entender sobre a formação da circunvizinhança de suas terras.

Como uma forma de conduzir a leitura e fazer uma descrição preliminar dos caminhos percorridos nesta monografia, registro que o capítulo 1: Agribusiness em um primeiro momento busca contextualizar a origem do termo, sua estruturação e chegada ao Brasil. Na segunda seção deste capítulo é reiterada e criticada a forma com que é feita a análise de rentabilidade do agronegócio, principalmente na sua

---

<sup>7</sup> O Corredor Xingu tem uma enorme diversidade socioambiental em, aproximadamente, 28 milhões de hectares de extensão, incluindo 21 Terras Indígenas e nove Unidades de Conservação contíguas. A quem interessar, a rede Xingu+ do Instituto Socioambiental (ISA) disponibiliza o mapeamento desta região. Disponível em: <<https://xingumais.org.br/corredor-xingu>> Visto por último em 12 de novembro de 2023.

<sup>8</sup> São áreas de transição ambiental, onde entram em contato diferentes comunidades ecológicas – isto é, a totalidade da flora e fauna que faz parte de um mesmo ecossistema e suas interações. Para se aprofundar na descrição sobre Ecótonos, consultar (ECO, 2014)

<sup>9</sup> Estes dados são referentes a perda de cobertura vegetal, ao considerar dados referentes a danos provenientes de ações antrópicas no Cerrado os dados estatísticos são mais elevados.

<sup>10</sup> DETER é um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia



relação público-privada. Na terceira seção abordo as diferenças entre o fomento ao agronegócio – representado pela agricultura patronal – e a agricultura familiar por parte do Estado. Na quarta seção se é abordado o Mercado de terras de Mato Grosso, indicando os incentivos e mecanismos criados para ocupação e liberação de terras no estado. Na quinta seção evidencio os problemas gerados por todo cenário descrito até então, como uma forma de dimensionar os conflitos fundiários embatidos entre indígenas e seus aliados políticos e o agronegócio e seus agentes. Na sexta seção busco descrever jurisdições que podem e são usadas pelos povos indígenas para proteção de seus territórios.

A proposta para o capítulo 2: Os Yawalapíti, é evidenciar contextualizações e noções do povo referente ao que será tratado no primeiro capítulo. Utilizei além das referenciais bibliográficas, alguns registros fotográficos, notas e entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo como uma forma de proporcionar uma imersão do leitor no cosmos dos Yawalapíti. Busco englobar na discussão além das pautas ambientais e ecológicas, as pautas de cosmologia, perspectiva e relação entre o povo Yawalapíti e tudo que os cerca. A ideia é trazer a história, parte da mitologia, categorias e narrativas do povo, aliando todo este conjunto a articulação do povo para combater os avanços das fronteiras agropecuárias sobre a sua região.

O povo Yawalapíti é também conhecido como povo Tucum. Isso se dá por uma tradução literal do etnônimo Yawalapíti, que deriva de uma de suas antigas aldeias, em cujo pátio tinha grande pé de tucum (*Bactris setosa*). O topônimo acabou sendo o nome pelo qual eles ficaram conhecidos. O processo histórico de conflito e guerras entre etnias indígenas no Xingu trouxe consequências severas para eles, de maneira que "a pobreza dos Yawalapiti chocou Von den Stein [em 1886]: entre estes índios a alimentação era fraca e os objetos manufaturados, pouco numerosos" (LÉVI-STRAUSS, 1942, p.133). Em alguns momentos na história, principalmente por motivos de guerra e doenças, o povo tucum possuía um número baixíssimo de indivíduos. Tapi Yawalapíti (2021), em sua dissertação de mestrado, afirma que este contexto caracterizou um período difícil nas aldeias antigas, com as atividades culturais muito afetadas, culminando na dissolução do povo enquanto uma comunidade e na dispersão dos remanescentes para as aldeias das etnias vizinhas. Entretanto, um grupo de irmãos caraíba seriam importantes para que houvesse uma

retomada do próprio povo. Os irmãos Villas-Bôas<sup>11</sup> ofereceram um apoio imprescindível para reunir os Yawalapíti que estavam espalhados nas aldeias Kuikuro, Mehináku e Kamayurá. Apesar de pouco numerosos, fizeram um esforço para "estarem perto de conhecidos que lhes faziam lembrar dos primos(as), tios(as), da família" (YAWALAPÍTI, 2021, p.24). Após o reestabelecimento de Üuya, primeira aldeia yawalapíti pós retomada, casamentos interétnicos possibilitaram um grande crescimento populacional. Hoje, nas aldeias Yawalapíti, são faladas comumente línguas de origem Tupi-guarani (Kamayurá) e Caribe (Kuikuro), em detrimento a língua materna Yawalapíti, de tronco Aruak, que atualmente é falada somente pelos mais velhos, que são poucos.

Outro aspecto proveitoso para o debate proposto neste trabalho é a formação do corpo no Alto Xingu. Considerando o argumento de Seeger, DaMatta e Viveiros de Castro (1979), a noção de pessoa e a consideração do corpo nas sociedades indígenas brasileiras são caminhos básicos para se chegar à compreensão da cosmologia e de outros aspectos diversos. Segundo Viveiros de Castro (1987), a natureza humana, para os Yawalapíti, é fabricada por processos culturais. De forma ampla, "o corpo tende sempre a ocupar uma posição central na visão que as sociedades indígenas têm da natureza e do ser humano" (SEEGER *et al.* 1979, p.04). Estes argumentos elucidam que a cultura do povo molda sua relação com a "natureza" e com o próprio conceito de humanidade. A relação com a "natureza" se dá através de espíritos, ou entidades, que são os guardiões dos espaços naturais, ativando uma relação cosmológica com o que os não-indígenas chamam de recursos naturais. Os espíritos, *apapalutapa* em yawalapíti, além de serem os seres mediadores do que poderíamos chamar de meio-ambiente, também ativam uma série de processos rituais. Desse modo, afetar o meio ambiente não gera somente um conflito ecológico, ou ambiental, mas também um conflito cosmológico. A dicotomia homem-natureza, considerando a influência do ocidente, que em uma visão moderna do mundo a separa em dois campos ontologicamente distintos, desconsidera que "as cosmologias amazônicas exibem uma escala dos seres em que as diferenças entre os homens, as plantas e os animais são de grau e não de natureza" (DESCOLA, 2000, p. 151). Entre

---

<sup>11</sup> Orlando, Leonardo e Cláudio Villas-Bôas. Sertanistas, contactaram diversas etnias e efetuaram a transferências delas para dentro da área proposta para a terra indígena. Protagonistas na demarcação da primeira grande terra indígena do país, antes mesmo da constituição de 1988.

os Yawalapíti, “a cosmovisão é percebida cotidianamente por todo o tempo que estou na aldeia, seja na reza de Ewelupe e Tunuly para mandar a chuva embora, seja no grande ritual do Kuarup (*itsatchi* em yawalapíti)”<sup>12</sup> (MOREIRA, 2023b). A preservação ambiental da TIX se pauta por fins ambientais, ecológicos, cosmológicos e culturais.

## Capítulo 1: Agribusiness

Agribusiness, termo criado em 17 de outubro de 1955 nos Estados Unidos da América (EUA), se refere à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras (DAVIS, 1995, p.5)<sup>13</sup>. John Davis apresentou o conceito em um trabalho intitulado “*Business Responsibility and the Market for Farm Products*”, na *Boston Conference on Distribution*. O argumento central desta apresentação defendia que a renda dos produtores estaria garantida caso eles dependessem menos do governo e contassem com o suporte de agentes privados que atuavam tanto na agricultura quanto em negócios relacionados a ela. Ou seja, em sua própria idealização de base, já existia uma relação entre produtores rurais e corporações.

O impulsionamento deste tipo de produção no Brasil passa a ocorrer entre as décadas de 70 e 90. O termo se estabelece aqui como um dos argumentos centrais do agronegócio, que se via como um agente de desenvolvimento dos objetivos econômicos nacionais. Para fomentar este agente, buscou-se a implementação da produção em larga escala, com foco em exportação de *commodities*<sup>14</sup>. Entretanto, existia uma demanda essencial para o estabelecimento de produções em larga escala que é a disponibilidade de terras para estabelecer as atividades agropecuárias.

### 1.1 Estruturação do agronegócio

O Brasil importou dos EUA o termo *agribusiness* e fez uma tradução do termo – o agronegócio –, mantendo o significado e a idealização de base do termo original. O modo de produção de larga escala que se estabeleceu, e que se mantém até os dias atuais, foi alavancado em ambos os países com a formação dos complexos

---

<sup>12</sup> Ritual dos mortos, envolve diversos marcadores culturais alto-xinguanos – dança, flauta, canto, reclusão, luta (huka-huka) etc – e há um envolvimento total da cosmologia local, da natureza se extraiu a cultura. Conferir descrição detalhada em Viveiras de Castro (1987) e Yawalapíti (2021).

<sup>13</sup> Tradução feita por Caio Pompeia (2021)

<sup>14</sup> Produtos básicos globais não industrializados.

agroindustriais. Tais complexos também foram uma ideia importada e estabelecida com o envolvimento de grandes empresas multinacionais estrangeiras (POMPEIA, 2021). Fazendo um eco da produção que acontecia nos EUA, o Brasil também se apropriou de um dos argumentos centrais que sustentam o agronegócio perante a opinião pública: a sua suposta alta contribuição na economia do Estado, através do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>15</sup>.

Nos EUA, em 1995, esse subconjunto correspondia a 40% do PIB (POMPEIA, 2021 p.48). No Brasil, a ideia chega por volta de 1990, com esse mesmo significado de participação - como noção - na economia nacional. A partir desta década, inicia-se um movimento de fomento ao agronegócio por meio de pesquisas estatísticas voltadas à análise da contribuição do agronegócio na economia nacional, em conformidade com a meta de crescimento econômico estabelecida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1990-1994). Segundo os dados atualizados em 2023, em um trabalho conjunto do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e da Universidade de São Paulo (USP), atualmente, 24,4% do PIB brasileiro advém das atividades relacionadas ao agronegócio. Em uma análise realizada por Gomes (2022) referente a este mesmo levantamento no ano de 2022, a porcentagem era de 27,4%. O argumento que justifica esta porcentagem e indica tendência de alta, se baseia na emergência da economia chinesa, na alta do dólar e na peste suína africana<sup>16</sup>. Tais fatores afetaram o mercado de rebanhos de países que concorrem com o Brasil, fazendo com que aumentasse a demanda. O CEPEA (2023) argumenta que, apesar da baixa neste ano, o desempenho da safra recorde no campo e a expansão das produções pecuárias implicou em aumento da demanda para os segmentos montante (insumos) e à jusante (agrosserviços), colaborando assim para uma queda menos significativa na contribuição. Estes dados de contribuição no PIB é o primeiro mecanismo de legitimação do agronegócio, em que os “atores têm conseguido angariar credibilidade perante parte da opinião pública, e, com isso, obter maior

---

<sup>15</sup> O PIB representa a soma total de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região, como uma cidade, estado ou país. O PIB é um indicador fundamental para avaliar a atividade econômica e o desempenho global de uma economia

<sup>16</sup> Enfermidade altamente contagiosa, causada por um vírus composto por DNA fita dupla, pertencente à família *Asfarviridae*. A doença não contagia o homem, sendo exclusiva de suínos domésticos e asselvajados (javalis e cruzamentos com suínos domésticos).

potencial de convencimento e pressão pública sobre o Estado” (POMPEIA, 2010, p. 14).

A questão desta discussão parte do questionamento de como é feito a mensuração por parte do CEPEA e quem é beneficiado com esta suposta colaboração ao PIB. Segundo a análise de Gomes (2022) e Pompeia (2021), os dados estatísticos, gerados neste âmbito, fazem jus ao termo *agribusiness*, já que consideram neste cálculo desde o prego fincado no mourão até a gasolina do caminhão que transporta os *commodities*, ideia reforçada na propaganda do agronegócio: “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” (GLOBO, 2014). Segundo Gomes (2022), se considerarmos o “agro” restrito ao que o agronegócio é realmente, sua participação real não chega a 7%. Percebo a conveniência em considerar, no levantamento estatístico, todas as atividades dos estabelecimentos de agricultura e pecuária de forma geral. Porém, nem todos são atrelados ao agronegócio. Outro fator passível de crítica é a monopolização desta produção através do estabelecimento de latifúndios de monocultura. Segundo o IBGE (2017), 85% do valor bruto da produção é gerado em apenas 9% dos estabelecimentos.

## 1.2 Ciranda financeira do “agro”

No ano de 2019, “a União arrecadou, excetuadas as contribuições previdenciárias, 1,04 trilhão de reais, sendo que o setor de Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados, contribuiu com 2,8 bilhões de reais, ou seja, 0,27% dos recursos” (NOVAES & JENSEN, 2020, p. 68). Incluso neste valor de contribuição, existe a parcela de imposto de exportação que, em 2019, foi de apenas 16 mil reais, valor insignificante comparados à cifra de 9,6 bilhões de dólares movimentados (GOMES, 2022). Esta contribuição irrisória ocorre devido à uma estratégia do governo de não encarecer os produtos exportados, com a finalidade de manter o Brasil em uma posição favorecida na competitividade internacional.

Durante a minha pesquisa, efetuei uma solicitação de dados no portal “Fala Br”<sup>17</sup>, no dia 16 de fevereiro de 2023. A ideia era acessar informações sobre as dívidas ativas referentes ao ano de 2021. Destas, recebi uma planilha extensa de dados

---

<sup>17</sup> Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Disponível em: <<https://falabr.cgu.gov.br>>

referentes ao período entre junho e dezembro de 2021. Os dados referentes à “agricultura, pecuária e serviços relacionados” apontam para uma dívida ativa de 4,4 bilhões de reais, neste ano. Além disso, foi amplamente divulgado, inclusive pela Associação Nacional de Agricultura (2018), que o então presidente Jair Messias Bolsonaro queria conceder um perdão de dívidas relacionadas a agricultura, ação que poderia resultar numa perda de arrecadação de até 17 bilhões de reais. O valor de déficit real causado pelo agronegócio aos cofres públicos pode ser muito mais alto do que se imagina.

Este perdão de dívidas faz parte de uma política de fomento ao agronegócio, onde se oferece as isenções em troca de um suposto enriquecimento da Nação. Segundo os dados da FAPESP, o agronegócio é o maior beneficiário dessas isenções. Só no ano de 2016, a perda de arrecadação acumulada pelos estados, somente com a Lei Kandir<sup>18</sup> (1996), era da ordem de 25 bilhões de reais” (CÂMARA, 2017). Usando como referencial o ano de 2015, a isenção aos agentes do agronegócio sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referente às *commodities* fez com que o Estado deixasse de arrecadar 7,8 bilhões de dólares (NOVAES & JENSEN, 2020, p.69). Considerando o câmbio monetário do dólar referente a dezembro de 2015 – R\$3,87 – o valor de déficit de arrecadação atingiu então a cifra de aproximadamente 30,1 bilhões de reais.

Além do agronegócio esbanjar uma série de isenções, foi beneficiado ainda em 2021, a partir de uma articulação da Casa Civil, através do Procuradoria Geral da União (2022). O Estado representado pelos citados acima, lançou um programa de desconto na liquidação de dívidas rurais de até 95%, estendendo um prazo de pagamento até 30 de dezembro de 2022. Ao efetuar uma análise deste programa, identifiquei a presença de um mecanismo para favorecer os grandes empreendimentos, considerando que, quanto maior a dívida, maior a proporção do desconto. Para pessoas jurídicas, os descontos se davam da seguinte forma:

- até R\$ 35 mil: desconto de 95%.
- de R\$ 35 mil a R\$ 200 mil: desconto de 90% menos o valor de R\$1.750,00.

---

<sup>18</sup> Esta lei isenta os produtos e serviços destinados à exportação do tributo ICMS.

- de R\$ 200 mil a R\$ 500 mil: desconto de 85% menos o valor de R\$ 11.750,00.
- de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão: desconto de 80% menos o valor de R\$ 36.750,00.
- acima de R\$ 1 milhão: desconto de 75% menos o valor R\$ 76.750,00.

Seguindo este modelo do programa, o sujeito que tivesse 1 milhão de reais em dívidas, teria 75% de desconto, totalizando a dívida em 250 mil reais, por fim subtraída a taxa extra de desconto sobreposto de 76 mil e 750 reais. Por fim, a dívida inicial de 1 milhão, cairia para R\$326.750. A cada dívida milionária negociada o governo deixa de arrecadar, no mínimo, R\$673.250, com a condicionante de efetuar o pagamento até o penúltimo dia da gestão do governo Bolsonaro. Fica evidente que a forma com que foi feito o levantamento divulgado pelo CEPEA e ESALQ/USP ignora alguns aspectos essenciais para que se chegue em um balanço financeiros real. Isto pois, “o estudo simplesmente não trata das renúncias fiscais, nem do perdão de dívidas. Ou seja, exclui todos os gastos federais com o setor” (GOMES, 2022).

### **1.3 Agricultura família e patronal**

O Plano Safra, é um projeto lançado pelo governo federal e que tem uma vigência entre 1º de julho e se estende até junho do ano seguinte, período que acompanha o calendário das safras agrícolas no Brasil. O programa tem como ideal apoiar o setor agropecuário, oferecendo linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas para os produtores rurais, desde os agricultores familiares até os mega produtores. Entretanto a forma de distribuição deste apoio é feita de forma diferente entre estes grupos. Dentro deste plano, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) incentivam a fixação de população do campo. Apesar das existências de programas integrados ao plano safra direcionadas para pequenos e médios produtores, o que se observa é que estes grupos são menos fomentados estatisticamente pelo crédito rural que é concedido. No Plano Safra de 2021/2022, por exemplo, foi mobilizado um montante de 251,2 bilhões de reais. Deste valor total, foram destinados apenas R\$ 39,34 bilhões para o financiamento do PRONAF (PLANO, 2022). Ou seja, foi fomentada pouco mais de 15% do valor total mobilizado para o plano do período citado. Ao analisar a distribuição geográfica da verba, é

possível observar que estados característicos por grande produção de commodities recebem apoio amplo. Neste biênio, o Centro-Oeste brasileiro obteve 26% dos empréstimos, distribuídos entre apenas 6,8 estabelecimentos de grandes produtores, concentrando a maior parte dos subsídios (GOMES, 2022). Apesar disso, o benefício possuiu o argumento de que os pequenos produtores não teriam capacidade produtiva considerada razoável, não sendo fomentados tanto quanto os grandes produtores de capacidade produtiva elevada (POMPEIA, 2021). Ou seja, o crédito rural concedido pelo Governo Federal fomenta menos a agricultura familiar que, originalmente, seria o beneficiário principal, quem mais necessita de suporte, justificado pelo próprio argumento sobre a capacidade produtiva.

O incentivo dado pelo governo vira ganho líquido para o investidor, que goza de isenções e que faz uma contribuição de imposto de baixo percentual. A bancada ruralista, representada pela Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), se articula para manter estes incentivos e se articula para que não seja aprovada nenhuma política que envolve o aumento destes impostos. É importante salientar que somente em 2022 a FPA reelegeu 133 parlamentares, contando com 280 congressistas. A partir desta articulação política, é possível garantir que a parte bruta da riqueza gerada fique com os grandes latifundiários, que muitas das vezes sequer moram na região de suas fazendas. Ou seja, a distribuição de renda nas localidades destes latifúndios é muito baixa e a aplicação destes recursos no âmbito público me parece não funcionar bem. Principalmente ao considerar que apesar do agronegócio movimentar uma cifra significativa, uma parcela muito pequena é destinada aos cofres públicos, ou seja, existe uma alta captação de recursos no âmbito do agronegócio, porém, esta verba fica restrita para os latifundiários e grandes corporações responsáveis por atividades voltadas para o setor.

Dados sobre o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) brasileiro, divulgados em 5 de junho de 2023, pela Summit Agro<sup>19</sup> (2023), registram o Mato Grosso como responsável por cerca de 17% do valor bruto de produção agropecuária

---

<sup>19</sup> Summit Agro é primeiramente um evento anual que visa reunir diretores, Heads e VPs das maiores empresas do Brasil, para abordar temas relacionados a Inovação, Operações, Planejamento e Financeiro do Agro Brasileiro. As informações do evento são publicadas a partir do Summit Agro a qual referencio, que é um canal de informações da revista Estadão voltada para as áreas citadas acima. É financiado principalmente pelas empresas BASF, Cargill, Crop Care, Fusting Sustainability, LAVORO, Syngenta e Yara Knowledge grows.



do Brasil. Essa posição no *ranking* é impulsionada por uma série de mecanismos investidos com foco principalmente no plantio da soja. A produção do grão corresponde a mais da metade dos R\$ 204 bilhões gerados pela agropecuária em Mato Grosso, apesar dos cultivos de milho e de algodão também terem tido destaque nos últimos anos. Em 2017, o grão foi o mais produzido e exportado do país, onde somente em Mato Grosso (MT) atingiu a marca de mais de 29 milhões de toneladas (Censo Agropecuário Florestal e Agrícola, IBGE, 2017).

Outra característica essencial para compreender a estrutura do agronegócio brasileiro é a relação intersetorial, principalmente entre os setores da agricultura e da pecuária. O que sustenta esta união é uma visão de que a relação entre estas atividades do campo não devem ser vistas de forma compartimentada, mas sim reconhecidas por meio de suas ligações com outros setores da economia. Tal relação faz jus ao significado do termo *agribusiness*, trazendo à tona a necessidade de englobar todas as operações relacionadas aos processos de agricultura e pecuária. Este processo foi fundamental no fortalecimento do agronegócio, com foco nas indústrias agrícolas e na agricultura patronal que as abasteciam.

De outro lado, encontra-se a agricultura familiar voltada para o mercado interno que, por esse motivo, não foi tão apoiada pelo governo, tampouco pelas grandes corporações estrangeiras. A partir desta análise, outro argumento de sustentação do agronegócio se abala: o sujeito que abastece a mesa do brasileiro. Como a prioridade do governo, ao fomentar o agronegócio, é acabar com a fome se este setor está voltado para exportação de *commodities*? É perceptível o conflito nas narrativas. O que se pode afirmar, considerando Eloy *et al.* (2020), Pompeia (2021) e Gomes (2022) é que o fortalecimento das grandes indústrias e das exportações acaba ofuscando os pequenos produtores, que abastecem, de fato, a mesa da população brasileira.

Como esta inconsistência é difícil de ser combatida, uma nova estratégia retórica foi desenvolvida por parte dos agentes do agronegócio para ganhar a confiança da opinião pública. O discurso retórico destes agentes deixa de ser pautado no âmbito da alimentação do povo brasileiro e passa a ser pautado na rentabilidade e na colaboração do PIB. Entretanto, mesmo com essas mudanças, os mecanismos antigo de pautar a alimentação ainda é propagado na mídia. Esse argumento se tornou um escape fácil para os agentes do agronegócio, principalmente para as

grandes corporações, cujas contradições são abafadas pela ampla divulgação do suposto retorno financeiro gerado pelo “agro” ao Brasil.

Fica evidente que as relações entre o agronegócio e seus agentes de um lado, e a agricultura familiar sem incentivo de outro, são estabelecidas desproporcionalmente. Esses agentes são tanto as corporações que passam a estabelecer grandes complexos agroindustriais (figura 3) no Brasil, quanto a FPA com todas as suas reivindicações e privilégios nas políticas de fomento ao agronegócio. Entretanto, para que se estabelecesse todo o processo narrado até aqui, era preciso uma grande disponibilidade de terras no Mato Grosso, permitindo ao estado implementar uma produção tão expressiva. Desta forma, a partir da década de 50, “os partidos políticos locais agiam sempre no sentido de valorizar mecanismos de aceleração das transações efetuadas no mercado de terras” (MENEZES, pág.140)

Figura 3: Complexo agroindustrial<sup>20</sup> em Canarana/ MT



Foto do autor (2022)

---

<sup>20</sup> Complexo da COFCO (China National Cereals Oils and Foodstuffs Corporation). Esta é uma holding estatal chinesa de processamento de alimentos. Um dos principais grupos de agronegócio da Ásia. Conglomerado de atividades envolvendo plantio, cultivo, processamento de alimentos, finanças, armazenamento, transporte, instalações portuárias, hotéis e imóveis. Localizada nas coordenadas geográficas -13.543653, -52.333206

#### 1.4 Mercado de terras em Mato Grosso

Desde a década de 1940 e 1950, os irmãos Villas-Bôas criaram argumentos pautáveis para a demarcação de uma grande terra indígena (TI). Entretanto, este processo foi marcado por diversos entraves. Apesar de ser pública a presença de diversas etnias indígenas na região do Alto Xingu<sup>21</sup>, e mesmo sabendo da área proposta para o PNX, presente no Decreto Federal 50.455 de 14 de abril de 1961, o governo “assinou inúmeros contratos de colonização juntamente com concessões de terras dentro e na circunvizinhança do perímetro previsto para o Parque Indígena do Xingu” (MENEZES, 2000, p.120), a partir do seu Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso (DTC/MT). Assim se configura o primeiro mecanismo de especulação utilizado dentro do mercado de terras de MT para conseguir ter acesso a vasta disponibilidade de áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas<sup>22</sup>. Este processo consistiu em tratar a área prevista para demarcação de TI como terras devolutas, colocando-as em uma condição de terras que podem ser alienadas e vendidas, dessa forma, inserindo-as no mercado de terras.

Como forma de evidenciar este cenário de disputa de terras, utilizo os dados de Cardoso de Oliveira (1955) ao concluir que 3/4 das terras projetadas para a TIX já se encontravam vendidas ou em processo de venda (Anexo 1). É evidente a forma com que “os partidos políticos locais agiram sempre no sentido de viabilizar mecanismos de aceleração das transações efetuadas no mercado de terras” (MENEZES, 2000, p.140). Essa disputa por terras se deu no controle da administração pública que, em um primeiro momento, buscou desenvolver leis e decretos para estruturar legalmente o mercado de terras. Como exemplo, temos os contratos de colonização citados acima, que eram respaldados pela Lei 461 de dezembro de 1951<sup>23</sup>. Na primeira metade da década de 1950, existiu uma recorrente

---

<sup>21</sup> O trabalho “Entre os aborígenes do Brasil Central”, de Karl von den Steinen, publicado no Brasil em 1940 já constatava diversas etnias na região.

<sup>22</sup> Roberto Cardoso de Oliveira (1955) efetua uma descrição com números e nome de empresas beneficiadas com contratos de colonização e que realizavam atividades em áreas sobrepostas à área da TIX.

<sup>23</sup> Lei que visava alterar o código de terras vigente a época.

mercantilização das terras por meio da titulação, via contratos do governo estadual com companhias de colonização.

Após este primeiro momento, o controle da administração pública passa a buscar se apropriar da imensidão de terras que o próprio Estado declarava como devolutas. O governo estadual passa a controlar o estoque de terras em sua jurisdição e integra estas ao mercado de terras, sustentado predominantemente com áreas de ocupação de grupos indígenas. Nesta altura, existia um consenso: a criação e demarcação do PNX era incompatível com a continuidade da política de liberação das terras. Neste caso, instituições como a Fundação Brasil Central (FBC) e o próprio projeto do PNX foram duramente atacados pela bancada legislativa do estado de MT. (MENEZES, 2000, p. 144)

Para compreender melhor sobre os partidos do estado, Menezes (2000) fez uma análise de perfil partidário em Mato Grosso pós-1945, englobando os partidos PSD, UDN e PTB. Estes dados são úteis para sairmos da abstração da política geral e começarmos a entender melhor sobre a base eleitoral, os interesses e os objetivos destes partidos. Os dados mostram que não era possível identificar nenhuma parcela da base eleitoral destes partidos que tivessem interesses ou objetivos referentes a defesa de territórios indígenas (*op cit*, p.144), principalmente quando se tratava do projeto do que se conhece hoje como Terra Indígena do Xingu, dada tamanha proporção e impacto desta TI.

Após estes dois momentos cruciais para entender a política de terras em MT, houve uma mudança severa no mercado de terras que foi essencial para o estabelecimento de grandes latifúndios na região. O Código de Terras Estadual – Lei nº 336, de 6/12/1949 foi uma legislação de cunho liberal, que fomentou a venda de lotes a particulares. Tal legislação regularizava a venda de terras por meio de “requerimento do interessado; anúncio por editais do começo da mediação e citação dos confrontantes e de quaisquer outros interessados; decisão administrativa das questões surgidas; apresentação dos mapas de medição e demarcação das áreas e respectivos memoriais; recolhimento das taxas e emolumentos pertinentes a operação” (Brasil, 1949). A lei viria a ser base da política de terras, considerando que as áreas do estado viraram uma espécie de moeda de troca por apoio político.

Glebas<sup>24</sup> de 200 mil hectares eram negociadas pelo governo estadual com deputados por meio de “contratos de colonização”, em troca de seu apoio político.

Durante a gestão do governador da época – Ponce de Arruda (1956-1961) – houve uma mudança significativa, onde se priorizava a venda de terras a particulares em detrimento com as companhias colonizadoras. Essa ação era movida com a intenção de cumprir o projeto de ocupação dessas terras devolutas e expandir sua rede de apoio. Assim, se dava a nova forma de especulação de terras no estado. (MENEZES, 2000, p. 150). Esta política estadual foi responsável pelo início da comercialização de terras, essencial para o estabelecimento de grandes latifúndios, mantidos, num primeiro momento, por famílias inseridas na política do estado.

A influência política impactava em todo o processo do mercado de terras. A delimitação das terras e os títulos concedidos eram regulados por um Edital de Medicação de Terras, que contava com uma série de dados, como o dia e a hora do trabalho dos agrimensores, além do nome do responsável pela medição. Esse processo foi marcado por irregularidades, considerando que os agrimensores eram e são, em muitos casos, proprietários de terras. Com toda a relação política envolvida sobre as terras, é possível compreender o quão tendencioso eram essas medições (*op cit*, p.164).

Era necessários que os agrimensores avisassem a presença de grupos indígenas – até aquele momento, em isolamento parcial – para o DTC/MT e ao órgão de assistência oficial, o então Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O que ocorria, na verdade, era um verdadeiro palco de guerra. Orlando Villas Boas (1979) descreve o processo: “então é preferível para o agrimensor ficar quieto, medir a terra, mesmo com o índio dentro e deixar a briga para os outros, porque ele é uma pessoa em trânsito. Feita a medição ele desaparece vai para outra área”. Desta forma, os indígenas foram sendo empurrados pelas grandes fazendas e, até mesmo, transferidos por parte do SPI para dentro da primeira proposta do PNX. Nesta primeira proposta de demarcação, a TI chegaria até os limites de Barra do Garças, que hoje se localiza a aproximadamente 500km<sup>25</sup> de distância da fronteira. A intenção de englobar esta

---

<sup>24</sup> Porção de terra que nunca foi loteada ou desmembrada.

<sup>25</sup> Distância calculada com o programa de computador *Google Maps*, no trecho de 479km entre Barra do Garças e Gaúcha do Norte, pela BR-158, somada à medição efetuada no aplicativo de celular *Avenza Maps*

grande área era a de estabelecer uma zona marginal que serviria como área de amortecimento ao contato e impactos externos.

Fica evidente a omissão do estado de Mato Grosso frente a estes conflitos fundiários. Por exemplo, no governo de Ponce de Arruma, que ficou marcado pela CPI “*Alienação de Terras em Mato Grosso*”. O relatório de Cardoso de Oliveira, assim como os esforços do SPI e da FAB, foram mecanismos de denúncias desta política do MT. A crítica era posta principalmente à 5, das 18 companhias que receberam contratos de colonização para atuarem dentro da área proposta para a TIX. (MENEZES, 2000, p. 185). O relatório foi usado também pelo Ministério da Agricultura, que denunciou as alienações à Presidência da República. Os argumentos usados tendiam à ideais socioambientalistas, como com a afirmação de que os indígenas zelariam por seus interesses próprios e, com isso, respeitariam e preservariam a fauna e a flora.

A criação da TIX foi usada como uma fórmula de combate à invasão das terras por parte dos caraíba<sup>26</sup>, que quase nunca eram punidos por tais atos (*op cit*, p.196). Neste contexto, existiu um movimento institucional em defesa à demarcação da terra protagonizado pelo SPI e pela FAB, contrariando a FBC, que era financiada pelos investimentos do Estado e usada como instrumento de seus interesses. Segundo Menezes (2000, p. 219). Este período entre a década de 50 e o final da década de 70 é marcado por um jogo político atrelado a um conflito de interesses, revelando a dinâmica capitalista na constituição do mercado de terras de MT.

### **1.5 Dimensionando o conflito**

No mercado de terras, durante o processo de venda a famílias e particulares, a venda de glebas nos rios Kurisevo, Kuluene e Ronuro (KKR) eram as mais baratas da época. A proposta de baixo valor nestas áreas tinha como projeto uma ocupação rápida e ordenada nesta região. Esta ocupação foi apoiada pela opinião pública,

---

sobre o mapa atualizado da TIX, com um trecho de 21km entre a cidade de Gaúcha do Norte até o limite da TI, nas proximidades da aldeia Mirassol (com as seguintes coordenadas geográficas: - 13.000307, - 53.225502).

<sup>26</sup> Palavra caraíba ou caraíwa é de língua materna Kamayurá, tronco linguístico tupi-guarani. Usada comumente pelos Yawalapíti, traduzido ao português significa “não-indígena”.

principalmente a classe média urbana que corroborava com “a ideia de que o índio é impedimento ao desenvolvimento” (MENEZES, 2000, p.228).<sup>27</sup>

O projeto de ocupação foi, em um primeiro momento, derrubar a floresta e alimentar serralherias para, depois disso, espalhar bois sobre a área desmatada. A partir desta primeira instalação, investiu-se na expansão das fronteiras agropecuárias, utilizando do mecanismo de “empurrar” o gado centro-oeste adentro e estabelecer as monoculturas de soja, arroz, milho, algodão. (GOMES, 2022). É importante salientar que este processo de expansão das fronteiras do agronegócio em MT se deu, principalmente, com o detrimento das áreas indígenas das 43 etnias indígenas existentes no estado, segundo levantamento da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) realizado em 2023. A Associação Brasileira de Agribusiness (2010, p. 31), deste modo, defende que o reconhecimento e demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas é uma ameaça contínua às áreas consideráveis de produção agrícola. Os produtores rurais necessitariam de políticas públicas que garantissem proteção diante das ameaças de desapropriação de suas fazendas por conta dos processos demarcatórios citados.

Existem alguns argumentos neste âmbito que são muito problemáticos, principalmente por serem impulsionados tanto nas grandes mídias quanto nas relações público-privada – como é o caso do agronegócio. Existem sistemas agrícolas tradicionais e povos que ao longo de grandes períodos aperfeiçoaram técnicas de agricultura e manejo de terra. O capitalismo e a mecanização do trabalho no âmbito da agricultura fizeram com que discursos etnocêntricos e evolucionistas fossem propagados principalmente a povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Unida a um ideário de pobreza e, neste caso em específico, onde tratamos não só dos territórios, mas principalmente com a noção de capitalização de recursos naturais, Blairo Maggi diz “eu não conheço reserva que sofra pressão de fazendeiros, mas a verdade é que as reservas indígenas são ilhas de pobreza num mar de riqueza” (BECK, 2003). Os povos tradicionais - entendidos aqui como indígenas, quilombolas e ribeirinhos – estão “longe de serem opostos à modernidade ou à economia de mercado, os

---

<sup>27</sup> O assunto tratado neste subcapítulo é extremamente complexo e extenso. Como a proposta deste trabalho não é uma análise aprofundada deste aspecto, recomendo aos interessados neste tema em específico o capítulo 7 de Menezes (2000), o relatório de Cardoso de Oliveira (1955), assim como a própria Lei nº 336, de 6 de dezembro de 1949.

conhecimentos tradicionais consistem em processos específicos de inovação” (ELOY *et al.* 2020, p.14)

O ideário de pobreza foi um mecanismo utilizado muitas vezes por agentes do agronegócio, opondo às monoculturas em latifúndios tidas como um sucesso econômico. Mas o que é o pobre? “O pobre é, antes de mais nada, alguém que se tirou alguma coisa que tinha, de modo a fazê-lo desejar outra coisa que não pode ter.” (CASTRO, 2017, p. 5). Ou seja, tal ideário de pobreza associado aos povos indígenas foi mais um mecanismo usado pelo agronegócio para predar os territórios tradicionais, oferecendo, em contrapartida, uma “compensação financeira” gerada pelo uso dessas terras, caso fossem utilizadas para expansão das atividades patronais.

Segundo Menezes (2000), o núcleo ideário que norteava a criação do Parque Nacional do Xingu partiu de uma preocupação com a preservação ambiental, principalmente hídrica. Embutido a este objetivo conservacionista estaria os povos indígenas da região, tidos como parte da natureza. Dessa forma, nada mais justo do que fomentar políticas para englobá-los neste projeto de preservação do ambiente e, por consequência, dos grupos que ali viviam. Tratava-se de uma ideia socioambiental. Mesmo com a demarcação do território, a transferência de algumas etnias para a região, a criação de um posto indigenista permanente e outras ações contínuas para assegurar a região, os danos gerados pela expansão do agronegócio permaneceram.

## **1.6 Jurisdição combativa**

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)<sup>28</sup> lançou o DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009 que possui informações muito úteis para o contexto das terras indígenas. Dentro das ações programáticas do PNDH, existem objetivos estratégicos que, caso fossem fomentados amplamente – assim como o agronegócio –, o cenário descrito neste trabalho possivelmente seria diferente.

Baseado no PNDH (Brasil, 2009) o objetivo estratégico 1 intitulado “implementação e políticas públicas de desenvolvimento com inclusão social” tem como ação pragmática:

---

<sup>28</sup> Programa federal, lançado em 1996, que têm como objetivo principal direcionar as medidas governamentais na defesa dos direitos humanos.



Garantir que os grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura resguardem os direitos dos povos indígenas e de comunidades quilombolas e tradicionais, conforme previsto na Constituição e nos tratados e convenções internacionais; integrar políticas de geração de emprego e renda e políticas sociais para o combate à pobreza rural dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais.

Já o objetivo estratégico 3 intitulado “garantia do acesso à terra e à moradia para a população de baixa renda e grupos sociais vulnerabilizados” tem como ação pragmática: “Garantir demarcação, homologação, regularização e desinversão das terras indígenas, em harmonia com os projetos de futuro de cada povo indígena, assegurando seu etnodesenvolvimento e sua autonomia produtiva” (Brasil, 2009). De forma geral, o PNDH (Brasil, 2009) efetuou críticas direcionadas parcialmente ao agronegócio e seus acordos econômicos políticos com o Estado:

[...] é necessário que o modelo de desenvolvimento econômico tenha a preocupação de aperfeiçoar mecanismos de distribuição de renda e de oportunidades para todos os brasileiros, bem como incorpore os valores de preservação ambiental. Os debates sobre as mudanças climáticas e o aquecimento global, gerados pela preocupação com a maneira com que os países vêm explorando os recursos naturais e direcionando o progresso civilizatório, estão na agenda do dia. Essa discussão coloca em questão os investimentos em infraestrutura e modelos de desenvolvimento econômico na área rural, baseados, em grande parte, no agronegócio, sem a preocupação com a potencial violação dos direitos de pequenos e médios agricultores e das populações tradicionais.

Por outro lado, tratando de assuntos territoriais indígenas e da jurisdição que os rege, foi criada a Lei nº 12.651, de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e oferece um aparato legal para os povos indígenas brasileiros se articularem para a preservação dos seus territórios. Esta lei é de grande importância para a região do corredor Xingu, considerando que a ocupação de seu entorno se dá massivamente nas beiras dos rios. Segundo Brasil (2012), é definido como Área de Preservação Permanente (APP) uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, além de facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Além de caracterizar a Reserva Legal (RL) como uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, as APP têm a função de assegurar o uso econômico dos recursos naturais do imóvel rural de modo sustentável, auxiliando a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promovendo a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção da fauna silvestre e da flora nativa. A lei prevê a preservação das

matas ciliares, ou seja, as que estão estabelecidas a margem dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal com uma distância mínima de vegetação nativa, calculada da seguinte forma:

- de trinta metros para os cursos d'água de menos de dez metros de largura
- de cinquenta metros para os cursos d'água de dez a cinquenta metros de largura
- de cem metros para os cursos d'água de cinquenta a duzentos metros de largura
- de duzentos metros para os cursos d'água de duzentos a seiscentos metros de largura
- de quinhentos metros para os cursos d'água que tenham largura superior a seiscentos metros de largura.

A utilização dos mecanismos da Área de Proteção Permanente e Reserva Legal, como forma de fiscalizar e exigir enquadramento legal das fazendas, é extremamente importante para os povos indígenas, principalmente para os que se encontram em fronteiras com grandes latifúndios e fazendas. Considerando que a partir destes mecanismos se exige o respeito às matas ciliares, às bacias e aos fluxos dos rios, conseqüentemente, se respeitam a cultura dos povos indígenas alto-xinguanos, que necessitam dos seus rios e matas para manter seu estilo de vida. O cenário local (Anexo 2) não condiz com esta realidade no momento, “nota-se nascentes e margens dos afluentes do rio Xingu desprovidas de matas ciliares, enquanto a preservação da vegetação é mantida e protegida dentro dos limites das TIs.” (SMITH, 2022, p. 34-35)

A realização de atividades – pública ou privada - dentro da terra indígena ou em seu entorno, que reverberem impactos ambientais negativos sobre a terra, e qualquer negligência ou ato nocivo às sociedades indígenas são de responsabilidade do causador. Portanto, qualquer interferência danosa deve ser reparada ou indenizada, mesmo quando o exercício da atividade foi realizado com o consentimento indígena, podendo o indivíduo indígena tutelar o interesse da sociedade indígena judicialmente (BRASIL, 1988). Apesar da existência deste aparato legal ser usado para garantir os direitos destes povos, "o cenário indica que em tempos passados não

houve qualquer fiscalização quanto ao cumprimento da lei, onde terras sendo ou não APPs foram desmatadas e assim permaneceram" (SMITH, 2022, p. 34)<sup>29</sup>

## Capítulo 2: Os Yawalapíti

No capítulo anterior, tratei do agronegócio no estado do Mato Grosso e, mais especificamente, na região dos formadores do rio Xingu. Neste capítulo, abordo as visões de um povo indígena que habita a região e o que pensam sobre este cenário atual. Para que seja possível chegar a perspectivas do povo Yawalapíti sobre os impactos do agronegócio, é necessário primeiro compreender alguns aspectos básicos sobre sua região, seu modo de vida, sua origem histórica e sua cosmologia. Esta seção foi elaborada a partir de uma revisão bibliográfica e da coleta de dados durante minha pesquisa de campo, que durou aproximadamente 54 dias consecutivos. Durante este período, realizei dez entrevistas semiestruturadas e narrativas<sup>30</sup> com nove indígenas, além da observação participante e da descrição das atividades.

### 2.1 Alto Xingu

A região do Alto Xingu é definida como a porção à montante do rio Xingu (Figura 4), ou seja, é composta pelos formadores do rio. Segundo Menezes (2000), a área de abrangência desta região contempla a rede de drenagem da bacia dos formadores do rio Xingu, encerrando-se no Morená, onde inicia o rio Xingu propriamente dito<sup>31</sup>. Entretanto, existe outra classificação do Alto Xingu que faz referência ao fluxo completo do rio, que tem a cachoeira Von Martius<sup>32</sup> como limite setentrional. Reitero que, neste trabalho, trato somente da TIX e seus limites com fazendas vizinhas, e não sobre a região totalitária do corredor do rio Xingu.

---

<sup>29</sup> APPs significa a forma plural de APP, ou seja, Áreas de Preservação Permanentes.

<sup>30</sup> As perguntas eram sobre percepção de agronegócio, quais impactos gerados, qual relação se estabeleceu entre indígenas e estes agentes e o que foi passado de legado dos mais antigos referente ao agronegócio.

<sup>31</sup> Local de grande importância para a cosmologia alto-xinguana, considerado como o centro do mundo. (AGOSTINHO, 1967)

<sup>32</sup> Localizada com as coordenadas geográficas -10.050226, -52.966582

Figura 4: Rio Kuluene.<sup>33</sup>



Foto do autor (2023)

Na bacia dos formadores, existem inúmeros fluxos hídricos, com rios, ribeirões e córregos que, após o Morená, atinge a proporção e o grande volume do rio Xingu. Estes fluxos desembocam nos rios principais – Kuluene, Kurisevo e Ronuro – que formam o rio Xingu<sup>34</sup>. A parcela desta bacia que está localizada no interior da TI tem uma ampla distribuição de grandes lagoas e lagos<sup>35</sup>. A organização dos rios em cadeia é “uma das principais características da rede de drenagem da bacia do Xingu [...com] sua intrincada malha de rios que, muitas vezes, tem nascentes muito próximas” (MENEZES, 2000, p.247). Entretanto, a região do Alto Xingu está bipartida, considerando que a maior parte de suas nascentes estão nas fazendas vizinhas à TIX.

A parcela da bacia dos formadores que está fora da TIX é uma região muito rica, que, com o passar dos anos, entrou em um processo massivo de ocupação por cidades ou polos voltadas para o agronegócio e para a extração de recursos naturais. Os indígenas contam que toda essa região de seu território, em um raio de até 400

---

<sup>33</sup> Nas proximidades das coordenadas geográficas -12.150885, -53.321819.

<sup>34</sup> Existem outros rios e afluentes como o Tamitatoala-Batovi, Jatobá entre outros. Para fins práticos, neste trabalho o foco será os três principais formadores citados.

<sup>35</sup> Muitas delas são consideradas como locais sagrados e de ocupação tradicional. Como as lagoas Üyá para os Yawalapíti, a lagoa Ipavu para os Kamayurá, dentre outras.

km, é uma região muito rica, onde os fluxos hídricos guardam muitos minérios. Comprovadamente, a cidade de Nova Xavantina<sup>36</sup> detém jazidas de ouro de propriedade da empresa canadense Ero Copper. Segundo matéria da Brasil Mineral (2023), as reservas de extração de ouro na área de abrangência desta cidade aumentaram 18% em 2023, comparado ao ano anterior. O plano de produção de “vida útil da mina” (“*life of mine*” – LOM)<sup>37</sup> da empresa conta com a expectativa de que as operações em Nova Xavantina atinjam mais de 585 milhões de reais<sup>38</sup> de produção de ouro em 2024. Considerando que a outorga das minas da empresa foi renovada até 2028, e fixando o valor do ouro ao câmbio atual, a mina citada, localizada em Nova Xavantina atingiria, ao final do contrato, o valor de aproximadamente 2.92 bilhões de reais, valor referente à mineração no período entre 2024-2028.

A parcela da bacia dos formadores que está dentro da TI é uma região também muito rica que, apesar da ocupação de grandes grupos indígenas, mantém uma boa preservação da sua cobertura vegetal e da sua paisagem. Conceitualizando, paisagem é um espaço delimitado, que combina “elementos físicos, biológicos e antrópicos [...] reagindo dialeticamente uns sobre os outros, [que] fazem parte da paisagem um conjunto único e indissociável em perpétua evolução” (BERTRAND, 2004, p. 141). A riqueza desta TI não é pautada por um viés capitalista, mas sim de função social destas terras, gerando alimentação e sustento para 7 etnias distribuídas em diversas aldeias. Trata-se de um conceito de riqueza dos Yawalapíti, que se consolida de forma diferente da ideia de capitalização de recursos. A seguir, um trecho de uma entrevista realizada e transcrita por mim, exemplifica bem a perspectiva local sobre a riqueza, Walaku<sup>39</sup> (Figura 5) discursa sobre o uso dos recursos naturais e sobre a preservação do território contra projetos desenvolvimentistas:

Hoje a gente tem muita terra, muita floresta, muita água, muito peixe, muito ouro. Hoje nós somos ricos. Nós que somos ricos. A nossa luta, Diego, com o meu irmão Tapi, é manter o Xingu em pé. Enquanto a gente estiver vivo ainda, vamos tentar manter o Xingu em pé. (Walaku Yawalapíti, entrevista, 2023)

---

<sup>36</sup> Cidade localizada a pouco mais de 350km a sul da TIX, usando como referência o trecho pavimentado que dá acesso a estrada dos Kalapalo, com as seguintes coordenadas geográficas: -14.663943, -52.358560

<sup>37</sup> Termo traduzido do inglês, tradicionalmente usado como “*life-of-mine (LOM)*”

<sup>38</sup> A forma de mensurar a produção de ouro é baseada em onças de ouro (XAU), a produção proposta para a área é de 60.000 onças, considere o valor de cada onça a R\$9.950,98

<sup>39</sup> Filho de Aritana Yawalapíti, uma forte liderança do povo, principalmente na chefia de atividades de gestão interna e no âmbito do trabalho dos Agentes de Saúde Indígena.

Figura 5: Walaku Yawalapíti discursando em assembleia do Instituto Aritana.



Foto de Yamony Yawalapíti<sup>40</sup> (2023)

As noções de riqueza e pobreza são um ponto de reflexão importante para se chegar a uma distinção de uso de terra e uso dos recursos entre as etnias da região e os seus vizinhos latifundiários. Tais conceitos também são utilizados pelos Yawalapíti quando realizam debates sobre as atividades predatórias para fins econômicos privados. A seguir, apresento um trecho de uma entrevista realizada com Tapi e transcrita por mim. Ao descrever como foi o primeiro contato dos Yawalapíti com o agronegócio, afirmou que no início dos anos 2000 houve pessoas interessadas em efetuar plantação de monocultura no Xingu, ao receberem esta proposta, Tapi relatou que “a gente não tinha essa noção do que que era isso. Então, a gente pediu que a empresa viesse aqui para explicar o que que é agronegócio (Tapi Yawalapíti, entrevista, 2023).

Na TIX, pela articulação dos grandes líderes citados na seção 2.4, houve uma reunião interna de acordo com os indígenas Yawalapíti as propostas ocorreram no começo dos anos 2000, juntamente com o *boom* das *commodities* e as lideranças

---

<sup>40</sup> Fotógrafa indígena, neta do grande chefe Pirakumã Yawalapíti. Aos interessados a acompanhar o trabalho de Yamony, a divulgação ocorre pela plataforma do *Instagram*, com o usuário @yamony\_yawalapiti, disponível em: <[https://www.instagram.com/yamony\\_yawalapiti/](https://www.instagram.com/yamony_yawalapiti/)>.

optaram por não negociarem com o agronegócio. Entretanto, acharam viável que efetuassem um diálogo com os fazendeiros, para que ambos respeitassem os limites e as leis, a fim de evitar conflitos. Guerra Yawalapíti afirma que “meu tio Aritana teve contato com os fazendeiros. Alguns fazendeiros, não muito. Ele pedia para eles cuidarem da divisa do território” (MOREIRA, 2023b). Com o passar dos anos e com a expansão do agronegócio, as fazendas foram chegando cada vez mais perto do território indígena, fazendo com que os indígenas procurassem outros meios de exigir os seus direitos territoriais<sup>41</sup>.

A perspectiva capitalista por trás do agronegócio, não conseguiu angariar a opinião pública da aldeia Yawalapíti. Já entre a população brasileira, especificamente a classe média alta urbana, é comum a defesa das práticas do agronegócio e o entendimento de que as decorrências negativas do agronegócio ao meio ambiente são um “mal necessário”. Alguns indígenas Yawalapíti percebiam o agronegócio como um tipo de agricultura que teria algum tipo de similaridade com a prática dos povos indígenas de plantios de culturas de mandioca-brava (*Manihot esculenta*). Entretanto, com o cenário relatado no capítulo 1 os indígenas perceberam as intenções predatórias do agronegócio, o que vai de acordo com o argumento de Pompeia (2010, p.16), ao afirmar que:

[...] perspectivas conservadoras têm-nos utilizados no âmbito de controvérsias públicas para argumentar esses benefícios supostamente para “todo mundo” - ou ainda pelo “Brasil” - superariam problemas causados pelo agribusiness, como aqueles relacionados ao meio ambiente e aos povos indígenas.

De fato, os agentes do agronegócio são um tipo de agricultores e vivem do sustento proveniente de atividades voltadas para a terra, mas de forma exploratória, predatória e marcada pela acumulação de lucros. Segundo os Yawalapíti e outros povos indígenas, estes perderam a noção de pertencimento à natureza, uma vez que “esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra.” (KRENAK, 2020, p 6). As atividades predatórias desenvolvidas pelo agronegócio são parte de uma abstração civilizatória que nega a forma de vida, a existência e os hábitos dos povos indígenas aldeados. Apesar dos indígenas desenvolverem práticas agrícolas, como já citado no parágrafo acima, é

---

<sup>41</sup> Como veremos adiante, nas seções 2.3 e 2.5

importante observar que existe uma preocupação real com o não esgotamento dos recursos naturais, criando uma sustentabilidade a longo prazo. Descola (2000, p. 150) faz uma ótima síntese deste tema, afirmando que:

É perfeitamente exato que populações indígenas da Amazônia e das Guianas souberam aplicar estratégias de uso dos recursos que, mesmo transformando de maneira durável seu meio ambiente natural, não alteravam os princípios de funcionamento, nem punham em risco as condições de reprodução deste meio ambiente.

Outro ponto importante, que afastou o ideário do agronegócio dos Yawalapíti, é a ideia da riqueza por meio da acumulação de dinheiro. Apesar de desenvolverem trabalhos remunerados, sejam de âmbito interno<sup>42</sup> ou externo, percebi, assim como Gordon (2006, p.278) para os Xikrin, que “o dinheiro é uma espécie de objeto mágico que permite operar toda uma série de transformações e pôr em andamento os mais diversos processos de produção”.

Ou seja, a acumulação monetária, caso seja proveniente de atividades predatórias na TIX como a venda de madeira, pesca esportiva entre outras, é vista pelos Yawalapíti como uma ilusão, já que a sua rentabilidade só se estabeleceria às custas dos recursos naturais essenciais para a cultura destes indígenas. Walaku demonstrou uma preocupação com o uso predatório dos recursos naturais da TIX ao afirmar que “se acabar a madeira, se acabar o ouro, amanhã, coitado de nós, vamos formar somente um número de pobres” (MOREIRA, 2023b). A riqueza, segundo a perspectiva local, é a extensão de seu território, de suas florestas, de seus rios e dos diversos recursos naturais disponíveis. De fato, os Yawalapíti se definem como “ricos” e, assim sendo, com o dever de defender sua riqueza utilizando por todos os meios necessários.

Esta autodefinição vai de acordo com Smith (2022), ao afirmar que “as florestas proporcionam benefícios e serviços ambientais, como a fixação de dióxido de carbono, regularização do clima e dos mananciais, além de terem um papel fundamental na prevenção dos recursos naturais e da biodiversidade” (SMITH, 2022, p.36). No Alto Xingu, segundo os Yawalapíti, a floresta em pé mantém a continuidade da vida, da cultura e da tradição dos indígenas, além de todas as espécies não humanas e extra-humanas que lá habitam. Os recursos naturais da região, que formam tal riqueza, são

---

<sup>42</sup> Na aldeia se tem professores, enfermeiros, barqueiros, cozinheiros, motoristas além de uma leva de acadêmicos nas áreas de geografia, pedagogia, enfermagem, medicina, direito e história.



diversos, com grande diversidade de fauna e flora. Destes recursos, existem, por exemplo, árvores de tipo específico (Figura 6), como a Pindaíba (*xylopiã brasilienses spreng*), tradicionalmente usadas nas construções das casas alto-xinguanas, que passo a descrever na próxima seção.

Figura 6: Atividade de coleta de madeira em território yawalapíti



Foto do autor (2023)

## 2.2 – O uso dos recursos naturais na cultura material e imaterial

As casas tradicionais alto-xinguanas são uma “marca registrada” em meio aos povos indígenas do Brasil, sendo mundialmente conhecida como um estilo arquitetônico indígena brasileiro. Tal estilo é reconhecido principalmente pelo seu tamanho e por sua engenharia precisa (Figura 7), desenvolvida em um processo intenso de bioconstrução que foi aperfeiçoado ao longo das gerações.

Figura 7: Construção da casa de Yamiko Yawalapíti.



Foto do autor (2023)

Tive a honra de participar da construção de 7 casas da aldeia nova dos Yawalapíti, durante a pesquisa de campo. Na maioria delas, participei de todo o trabalho de edificação da estrutura de madeira, desde a marcação no chão batido, o transporte das pindaíbas, que estão localizadas a cerca de 16km da aldeia, até as etapas de construção de fato, com a fixação e a amarração das madeiras (Figura 8).

Figura 8: Processo de amarração de varetas de oca alto-xinguana.



Foto de Mirawa Yawalapíti (2023)

Em algumas construções, eu participei de alguns destes processos, considerando a minha disponibilidade de tempo e a minha necessidade de realizar outras atividades em campo<sup>43</sup>.

O processo de construção abarca os seguintes recursos naturais:

- Grandes troncos para servir de base interna.
- Troncos medianos para fazer a base externa.
- Varetas grandes, médias e finas de pindaíba.
- Tipo de casca de embira<sup>44</sup> utilizado para amarração<sup>45</sup>.
- Para cobertura da estrutura, utiliza-se o sapé (*Imperata brasiliensis*)

Existem etapas em sequência que devem ser respeitadas para que a construção ocorra de forma bem-sucedida, que a estrutura tenha uma boa durabilidade e que cumpra o seu papel de proteger da chuva, do sol, do vento, do frio e do calor.

---

<sup>43</sup> Esta minha viagem de campo que ocorreu em 2023 coincidiu com uma etapa da abertura da Aldeia Nova do povo Yawalapíti. Desse modo, praticamente todos os dias foram marcados por mutirões para a construção das casas, trabalho os quais eu participei ativamente.

<sup>44</sup> Existem diversas variações e até o presente momento não se tem um levantamento preciso sobre qual espécie de embira é a que existe na região do alto-xingu, ou caso exista, não é de ciência dos indígenas e pesquisadores parceiros.

<sup>45</sup> Em caso da falta de disponibilidade da embira, usa-se arame e pregos.

Durante todos os dias da minha estadia na aldeia, usufrui de recursos naturais de uso cotidiano, exemplos da biodiversidade local indispensáveis para a cultura yawalapíti e alto-xinguana. Da flora, tive contato com o Urucum (*Bixa orellana*), a variação xinguana do pequi (*Caryocar brasiliense*) e os remédios extraídos a partir de raspas de caule e raízes de plantas. Com estes últimos, Guerra Yawalapíti tratou dos meus machucados provenientes do trabalho na construção de casas. Por fim, durante a minha pesquisa me deparei com alguns animais, que listo alguns a seguir: curicaca (*Theristicus caudatus*), pato-corredor<sup>46</sup> (*Neochen jubata*), jiboia arco-íris da Amazônia (*Epicrates cenchria cenchria*), jaburu (*Jabiru mycte*), tucano-de-bico-preto (*Ramphastos vitellinus*), tatu canastra (*Priodontes maximus*), raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*), anta (*Tapirus terrestres*), porco-do-mato (*Tayassu pecari*), ariranha (*Pteronura brasiliensis*), macaco-aranha-preto (*Ateles chamek*), arara-canindé (Figura 9) (*Ara ararauna*), além de vestígios – pegadas – da exímia caçadora onça-pintada (*panthera-onca*). Utilizo estes dados para demonstrar a biodiversidade de espécies e o uso dos chamados recursos naturais.

Figura 9: Arara-Canindé sobre casa alto-xinguana em construção.

---

<sup>46</sup> *Wanana* ou, de forma abreviada, *nana*, em Yawalapíti.



Foto do autor (2023)

A opinião pública não indígena sobre os danos gerados pela expansão do agronegócio se baseia em uma demanda por alimentos, gerada pelo crescimento populacional, como se realmente fosse necessário todo cenário de danos e desigualdades relatados em nome da “produção de alimentos”. Em alguns momentos de pescaria, me perguntei sobre como vivem tantas pessoas na TIX e como estes povos se sustentaram por longos períodos somente com o consumo de “produtos da terra”<sup>47</sup>. Outra questão relacionada que me surgiu foi a de como era a relação entre as etnias sobre o acesso ao que entendemos como recursos naturais. Segundo Levi-Strauss (1976, p. 134), cada povo da TIX possui seu próprio território, delimitado por fronteiras conhecidas que geralmente acompanham as margens dos rios. O curso do rio é rota livre para navegação, entretanto, para atividades pesqueiras, cada povo também tem seu local determinado e reconhecido. (LEVI-STRAUSS, 1976, pág. 134). Ou seja, independente das circunstâncias, são feitos acordos entre os povos para que respeitem os limites e não gerem impactos nos territórios alheios.

Walaku é um dos responsáveis pela construção das casas. Ele que coordenava e estava presente em todos os mutirões. Em certo momento, no mato, perguntei para

---

<sup>47</sup> Alimentação advinda da plantação, da coleta, da caça e da pesca.

ele por que estávamos nos deslocando tanto para buscar madeira, sendo que o local em que fomos<sup>48</sup> era bem próximo de outras aldeias vizinhas. Ele me contou que antigamente, seus avôs e outras lideranças das aldeias vizinhas precisavam buscar locais para efetuar suas atividades tradicionais, após ocorrer algumas realocações dos povos para o território yawalapíti. Então, foram feitos acordos entre as lideranças sobre os locais de domínio de cada povo, principalmente com locais de pesca e de coleta de madeira. Alguns povos mantêm estes territórios de coleta até os dias atuais, uma vez que o acesso a estes recursos é essencial para a preservação da cultura.

### 2.3 Cosmologia

Durante o desenvolvimento da pesquisa, notei que a cosmologia local era assunto comum nas narrativas sobre as decorrências do agronegócio. O debate com meus interlocutores não tratava somente da devastação ambiental, mas passava pelo que estava sendo devastado e qual o significado deste processo para os indígenas alto-xinguanos. No âmbito das leituras e acompanhando debates acadêmicos, percebi a existência e recorrência de trabalhos e pesquisas sobre a água e os rios da região, como exemplo o trabalho recente de Smith (2022). Entretanto é importante trazer parte da cosmologia e história local indígena sobre os rios e a água. Parte da narrativa do povo Yawalapíti trata da importância do complexo fluvial, o que remete ao mito de origem das águas, que passo a tratar.

Kanutsipem é um *apapalutapa* que, no tempo mítico, era dono de um vaso que continha toda a água limpa e purificada. De acordo com a narrativa de Guerra Yawalapíti (MOREIRA, 2023b), certo dia, o dono do vaso recebeu os irmãos Kami (Sol) e Kūri (Lua), que vieram pedir água limpa em nome de suas esposas. O anfitrião, por uma questão de regras culturais, logo os recebeu e, de prontidão, ofertou beiju, mingau<sup>49</sup> e peixe. Entretanto, a pouca quantidade ofertada desagradou os irmãos. Porém, conforme Kami foi comendo, ele percebeu que a comida ia se regenerando de alguma forma, como se fosse uma fonte inesgotável de comida. Isso chamou a atenção deles. Havia algo de diferente na aldeia do velho Kanutsipem. Guerra prossegue:

---

<sup>48</sup> Para preservar o local tradicional de retirada de madeira dos Yawalapíti, não irei referenciar as coordenadas.

<sup>49</sup> Bebida típica alto-xingwana, que pode ser de beiju ou de pequi.

O Sol termina de comer, lavou a mão. E perguntou para o velho, né, que é o Kanutsipem. “Vovô, me falaram que você é o dono da água.” Ah, dizem que ele ficou rindo. “Hahaha, é mentira”, e ofereceu uma água suja, e deu para o Sol né. “Então, vovô, a gente vai, já estamos indo para casa”. Então os 2 saíram. Um pote de cada água para ele. Era tudo sujo. Saiu. No meio do caminho a Lua, né? Era mais esperta. E abriu. “Ó, Sol, essa água aqui, é... não é verdadeira”. “Não? Como não é verdadeiro, é água, água é água”. Tudo, água era pra ele, era, ele. Ele não sabia, né? Mas a Lua mesmo viu que não era água, era sujo. “Essa água aqui, Sol, é o que o velhinho lavava, pshpshpsh [ideofone das mãos se esfregando], a mão. (Guerra Yawalapíti, entrevista, 2023).

Após esse momento, os irmãos voltaram para sua aldeia. Ao chegar com o pote de água sujo, suas esposas ficaram zangadas e falaram que Kanutsipem havia enganado eles, pois ele havia guardado a água limpa. Kūri, em um ato de metamorfose, se transformou em beija-flor e voou para espionar a aldeia de Kanutsipem. Quando chegou lá, percebeu que o vaso de água limpa ficava guardado na Tapyim<sup>50</sup>. Além disso, dentro do vaso, havia peixes vivos. Logo, Kūri voltou à sua aldeia para avisar seu irmão. Guerra (MOREIRA, 2023b) narra que a lua chegou e disse: “Sol, Kanutsipem, o vovô, mentiu para nós. Ele guarda água no Tapyim. Guarda a água na casa dos homens”. Kuri logo pensou em atacar a aldeia do vovô para ter acesso à água limpa. Assim o fizeram. Os irmãos convidaram espíritos do Morená<sup>51</sup> – Minharatsin, Kanaratü, Yamama, Wani Wani, Tracajá – para que os ajudassem nessa investida.

O grupo foi até a aldeia de Kanutsipem. Quem chegou primeiro foi Minharatsin e, por isso, se tornou o dono<sup>52</sup> dos rios, dos lagos, dos peixes e de todo o ecossistema aquático. Após a chegada de todos, eles foram na direção do vaso e o quebraram em diversos pedaços fazendo com que a água corresse por diversos caminhos. Cada um destes caminhos se tornou um rio, e cada um dos espíritos que estavam neste momento desceram junto a um rio. Kanaratü desceu com o rio Paranayuwa – formador do rio Kuluene –; Tracajá desceu com o Kuluene, Wani Wani desceu com o rio Maritsawa-missu<sup>53</sup>; e, Kami desceu com o rio Ronuro. Durante a descida Kūri foi

---

<sup>50</sup> Casa dos homens em kamayurá, *kuakutu* em yawalapíti, localizada no centro das aldeias alto-xinguanas.

<sup>51</sup> Aldeia localizada no médio Xingu, local em que ocorre muita pesca esportiva. Coordenadas: -11.933442, -53.553638

<sup>52</sup> Tema abordado em GUERREIRO, Antonio. “Do que é Feita uma Sociedade Regional? Lugares, Donos e Nomes no Alto Xingu”, 2016.

<sup>53</sup> Afluente localizado a esquerda do rio Xingu. Em MENEZES (2000) é descrito o nome do rio em sua forma oficial, que é Manitsuá-missu. Os Yawalapíti o reconhecem como referencio no texto. “Missu” na língua dos Kamayurá significa “braço”, associado aos nomes de rios faz alusão aos seus afluentes.

engolido por um grande peixe que era o dono das lagoas Üyá, não respondendo mais seu irmão Kami.

O conceito de “dono” é central na cosmologia yawalapíti. Os donos são espíritos-animais que desempenham o papel de protetores dos rios, das matas de tudo que os abrange. Este termo também é traduzido por guardião, com o sentido de quem defende e resguarda o espaço. Há, aí, uma questão importante: o dono só se estabelece em locais preservados e os locais preservados só existem por conta dos donos, trata-se de uma condição de sobrevivência mútua. Durante o campo, os Yawalapíti me contaram sobre alguns donos. Em um trecho do rio Tuatuari, nas proximidades da aldeia Yawalapíti<sup>54</sup>, existe um trecho muito profundo, local historicamente visado por sua grande disponibilidade de peixes. Este trecho se mantém com estas características graças à relação de harmonia cosmológica estabelecida entre o rio, o dono – Tunuly afirma que o dono deste trecho é uma sereia – e os Yawalapíti.

Quando não existe equilíbrio cosmológico entre as pessoas, o meio ambiente e os donos, há um perigo cosmológico iminente. Pode ocorrer, nestes cenários, uma relação de devastação em cadeia. Segundo os Yawalapíti, as cabeceiras do rio Xingu estão secando não somente pelo desmatamento, mas também por uma influência dos donos destes trechos, que podem estar morrendo ou se mudando e, com eles, os fluxos de água, a fauna e a flora. O povo Yawalapíti aprendeu a lidar com os espíritos e donos e, a partir do respeito, construíram uma relação que não gera impactos significativos no meio ambiente, evitando qualquer atrito com os *apapalutapa*. (ALMEIDA, 2023)

Não pretendo me aprofundar no mito de Kanutsipem e no conceito de dono neste trabalho. A ideia aqui é mostrar um pouco da complexidade dos avanços das fronteiras agropecuárias, que não podem ser vistas apenas por uma pauta ambiental. A preservação ou devastação do meio ambiente envolve também a cultura, a história, a mitologia e a cosmologia yawalapíti.

## 2.4 Perspectiva e articulação Yawalapíti

---

<sup>54</sup> Localizada com as seguintes coordenadas geográficas: -12.170614, -53.330162



Durante a pesquisa de campo, realizei entrevistas narrativas com nove pessoas que vivem na aldeia Yawalapíti<sup>55</sup>. A partir de dados de observação participante e notas cotidianas, consegui chegar a dados objetivos sobre os impactos do agronegócio, segundo o próprio povo. Os dados mostram que os as preocupações ambientais partem da contaminação dos rios com agrotóxicos, da pesca esportiva, da invasão ou degradação dos limites do território, da retirada de madeira ilegal e, em menor grau, do garimpo (MOREIRA, 2023b). É importante salientar que as narrativas locais não fazem uma separação explícita destes grupos que afetam a TIX. Os indígenas entrevistados, em alguns momentos, classificaram os agentes do agronegócio como o grupo protagonista, que acabou por gerar espaço para que outros grupos se estabelecessem. Estas ações predatórias fizeram com que se organizassem para executar uma articulação combativa.

O povo Yawalapíti se tornou uma das frentes protagonistas na defesa da TIX, assim como fez parte de uma grande mobilização nacional indígena em prol das demarcações de territórios. Esse status se dá, principalmente, através um personagem emblemático, que deixou um legado para as próximas gerações deste povo. Aritana Yawalapíti foi escolhido, ainda na sua infância na década de 60, para ser um futuro chefe. O jovem Aritana passou a aprender sobre o mundo do caraíba, através de Orlando Villas-Bôas, que o levou para São Paulo, onde passou onze meses para obter tais aprendizados (MOREIRA, 2023b). Aritana, mais tarde, ao se consolidar como o cacique principal do povo Yawalapíti, desenvolve uma teoria do ambientalismo que integra a preservação da TI e a continuidade cosmológica dos seres que lá vivem (ALMEIDA, 2023).

Da junção de saberes, utilizando da habilidade de percorrer estes dois “mundos”, Aritana integra uma forte frente de lideranças xinguanas, que resistiram bravamente à diversas propostas e ataques por parte do agronegócio. Essa frente era formada pelo cacique Aritana Yawalapíti, seu irmão Pirakumã Yawalapíti, juntamente com os líderes antigos<sup>56</sup> Yumuin Mehináku, Takumã Kamayurá, Tafukumã Kalapalo,

---

<sup>55</sup> Tapi Yawalapíti, Walaku Yawalapíti, Tepori Yawalapíti, Collor Yawalapíti, Tumin Waujá Yawalapíti, Babalu Kuikuro, Wirakumã Kuikuro Yawalapíti, Tunuly Yawalapíti, Guerra Yawalapíti, Walamatiu Yawalapíti e Totomai Yawalapíti.

<sup>56</sup> Minhas condolências e respeito ao legado dos finados: Aritana Yawalapíti, Pirakumã Yawalapíti, Takumã Kamayurá, Atamai Waujá, Tabata Kuikuro, Yamiko Nafukuá e Prepori Kaiabi.

Atamai Waujá, Afukaka Kuikuro, Jakalo Kuikuro, Tabata Kuikuro, Yamiko Nafukuá, Melobo Ikpeng Txicão, Prepori Kaiabi, Kuyussi Kisêdjê. Quando se tratava de temas gerais do corredor Xingu, também participavam Raoni Metuktire e seu sobrinho Megaron Txucarramãe. Segundo Menezes (2000, p.292), “o resultado do contato com os grupos xinguanos levou a constituição de um espaço homogeneizado. Para melhor e mais ordenado constituir-se o território”.

O trabalho em conjunto destas lideranças foi muito importante não só para as demarcações provenientes na região do corredor Xingu, mas também para a inclusão de lideranças em diversos espaços de poder – congresso nacional, ministérios, associações, ONG’s. Os saberes de Aritana, aliado ao dos demais líderes, fizeram com que eles conseguissem traduzir suas necessidades para o exterior, fazendo com que uma espécie de ambientalismo xinguno fosse apoiado nacional e internacionalmente. O domínio destes saberes foi essencial para manter o Xingu em pé, além de fazer com que o Estado passasse a “valorizar o conhecimento tradicional na formulação de políticas mais adequadas à realidade indígena” (SMITH e GUIMARÃES, 2010, p. 7). Durante a revisão bibliográfica, percebi que Descola (2000) descreve sobre um saber ecológico transposto que é exatamente assimilável à teoria de Aritana. Esse saber se sustenta com a junção dos conhecimentos técnicos, botânicos, etnológicos e agrônômicos, aplicados pelos próprios indígenas, com a cosmologia e a mitologia yawalapíti.

O legado de Aritana segue inspirando indígenas não só do Xingu, mas também no cenário nacional. Seus filhos, Tapi e Walaku (Figura 10), seguiram a mesma linha de posicionamento do pai, referente aos saberes tradicional e as relações com o mundo não-indígena.

Figura 10: Tapi e Walaku Yawalapíti



Foto de Yamony Yawalapíti (2023)

Ao ser perguntado sobre como têm orientado a juventude yawalapíti a se inteirarem na política e nos sistemas de poder dos caraíba, Tapi afirma que:

Vocês [jovens] estão aqui de boa, enquanto os deputados e senadores estão nos atacando. Se você está ligado com a política do homem branco, às vezes você vai perder o sono. Você não vai comer direito, porque você está preocupado. (Tapi Yawalapíti, entrevista, 2023)

Tapi enfatiza os desafios e os efeitos de percorrer e se apropriar destes dois saberes, reforçando a necessidade de continuidade na luta dos chefes yawalapíti e alto-xinguanos. A ideia de continuidade da luta também é percebida cotidianamente, assim como diversos elementos transmitidos geracionalmente. Guerra Yawalapíti, um jovem da aldeia, por sua vez, afirma:

Eu acho que temos que mais pensar nisso, na nossa tradição, no costume. Entendeu? De preservar onde estão os Guardiões. Onde estão aquele, os espíritos fortes? Temos que saber. O espírito que está lá, que depende do Mato também. (Guerra Yawalapíti, entrevista, 2023)

Fica evidente a importância dada aos mais jovens, principalmente para que estejam inteirados acerca da articulação das lideranças. É comum, entre os Yawalapíti, ouvir que se os mais jovens não souberem a ciência do mundo não-

indígena, eles estariam fora da realidade, já que não saberiam reivindicar os seus direitos. (MOREIRA, 2023b)

Desta junção de saberes, e principalmente pelo ativismo e elaboração das teorias do ambientalismo de Aritana, surge uma preocupação que considera e engloba a cosmologia xinguana. “Para ele, a floresta deveria ser preservada, pois, caso não haja floresta, os *apapalutapa* ficariam seriamente bravos com a destruição de seu habitat, podendo gerar consequências catastróficas” (ALMEIDA, 2023, p.19). Aritana sabia direcionar bem suas ideias e falas para conseguir gerar impacto onde quer que estivesse, efetuando uma espécie de separação de ideias a depender dos seus ouvintes. Se, de um lado, ele discursava sobre a preservação ambiental para os caraíbas, de outro, o foco era a preservação da cultura, quando direcionado aos indígenas.

O grande *amulau*<sup>57</sup> Aritana foi preparado para este posto que ocupou, contando com uma característica poderosa: sua capacidade de comunicação em diferentes línguas – Aritana falava em kamayurá, em kuikuro, em waujá, em mehináku e em português, além de yawalapíti. Dessa forma, o falecido cacique conseguia se fazer entender em muitos espaços de diálogos do Xingu e alhures, ajudando a mobilizar uma grande articulação interna, que foi e é essencial para a defesa e gestão da TIX. A grande preocupação de Aritana era:

Garantir que os rituais continuassem a ser executados, que o equilíbrio cosmológico com os *apapalutapa* se mantivesse, e que o conhecimento material e imaterial do povo Yawalapíti e do Alto Xingu, como um todo, continuasse a ser repassado através das gerações. (ALMEIDA, 2023, p.20).

Este equilíbrio cosmológico é mantido por uma relação respeitosa entre os indígenas e os *apapalutapa*, considerando que os segundos guardam recursos que os indígenas precisam acessar. A seguir, um trecho de uma entrevista realizada e transcrita por mim que reitera como se estabelece esta relação dos Yawalapíti com os donos dos recursos naturais:

Agora, no nosso costume, a cultura, quando você derruba a árvore, o espírito daquela natureza vai sair, vai sair. Porque ali tem o espírito, cada árvore, cada água tem um espírito. Se você derrubar, o espírito já vai sair daquele lugar e procurar outro [lugar] onde vai morar o espírito, aí assim ele vai deixar toda a água secar. Então, isso que os historiadores, nossos anciãos contam: não

---

<sup>57</sup> ‘Chefe’ em Yawalapíti.

pode derrubar porque tem espírito. Antes de você derrubar, você tem que comunicar o seu espírito. Dizer que não está derrubando de propósito, está derrubando para fazer sua roça. (Tapi Yawalapíti, entrevista, 2023)

Utilizando desta estratégia intergeracional, os Yawalapíti têm se articulado para preservar sua cultura e defender a TIX, principalmente do uso desregulado de agrotóxicos nos perímetros de fronteira da TIX, que geram assoreamentos e impactos na disponibilidade de pescado. Este problema é tratado com uma seriedade muito grande, pois o peixe é parte importante da cultura alto-xinguana, com oferta constante em diversos rituais, seja estes internos ou intercomunitários.

## 2.5 Impactos no *Itsatchi*.

Os dados desta seção foram coletados durante a realização do *Itsatchi* na aldeia principal Mehinaku, entre os dias 18 e 20 de agosto em 2022, e na aldeia nova Yawalapíti, entre os dias 5 e 10 de setembro de 2023.

O *Itsatchi*<sup>58</sup> é um ritual pós-funerário, mas que os indígenas chamam de festa, onde é marcado o fim do luto da família de uma liderança falecida. Esta festa conta com meses de preparação e ocorre na aldeia em que o falecido vivia ou em aldeia em que a família julgar mais adequado. Normalmente, o *itsatchi* é realizado até 1 ano após a morte da pessoa homenageada, entre os meses de julho e setembro. Todas as etnias da região do Alto Xingu são convidadas a participar da festa, que tem o seu clímax, geralmente, em um sábado, e o encerramento em um domingo.

Um ou dois povos são convidados para participar como aliados, colaborando, como anfitriões, na organização o ritual. Estes costumam chegar na aldeia sede na quinta à tarde – como os Yawalapíti no *itsatchi* dos Mehinaku de 2022 –, ou na sexta pela manhã, dependendo de alguns fatores. Para a etnia que está sediando a festa, a organização e preparação começa meses antes, principalmente com as reuniões de alimento que a comunidade entrega para o dono da festa – doação de pequi, doação de polvilho e pescaria coletiva.

---

<sup>58</sup> Ambos os termos – *Itsatchi* e *Kuarup* – referenciam uma mesma festa. *Itsatchi* é de vocabulário Yawalapíti, tronco Aruaque. *Kuarup* é de vocabulário Kamayurá, tronco Tupi-guarani e que foi amplamente difundido nacionalmente.

Esta festa é o maior símbolo do complexo alto-xinguano, segundo os Yawalapíti. Os cantos e rezas são realizados durante toda a longa duração da festa e, no encerramento, cada etnia convidada deve enviar uma dupla de cantores. As duplas de flautistas *wüpi*<sup>59</sup> (Figura 11) também tem um árduo trabalho, tocando ininterruptamente em todos os dias de execução ritual, exceto no encerramento no domingo pela manhã.

Figura 11: Yamiko e Walaku tocando *wüpi*.



Foto de Yamony Yawalapíti (2022)

O domingo é marcado pela luta *huka-huka*<sup>60</sup> (Figura 12) e todos os olhos da aldeia se voltam para o pátio central. A etnia anfitriã e os povos aliados selecionam os lutadores principais, que enfrentam lutadores de todas as outras etnias da região do Alto Xingu.

---

<sup>59</sup> Flauta ritualística sagrada, usada no Kuarup para alegrar os espíritos.

<sup>60</sup> Termo de contato da luta tradicional xinguana, os yawalapíti chamam de *kahri*.

Figura 12: Povos alto-xinguanos reunidos no centro da aldeia yawalapíti.



Foto do autor (2023)

Após o fim da luta, as outras etnias que se deslocaram para a festa começam a se preparar para retornar para suas casas e as atenções se voltam para o processo de fim de reclusão<sup>61</sup> das meninas. (Figura 13).

---

<sup>61</sup> Processo de reclusão é um período em que as meninas após menstruarem ficam reclusas para obter ensinamentos valiosos e ao final deste período é considerada “mulher”, como uma categoria de adultização. Os meninos também participam deste processo, geralmente na pré-adolescência. Descrição detalhada em Viverias de Castro (1987).

Figura 13: Jovem yawalapíti saindo da reclusão.



Foto de Ashaua Kuikuro (2023)

A intenção por trás desta breve descrição é dimensionar a grandiosidade do *Itsatchi* e enfatizar suas regras culturais, especificamente a oferta de beiju e pescados. Considerando a quantidade de indígenas reunidos nesta festa, somada ao grupo de convidados não-indígenas, é necessário que se tenha uma boa organização para oferecer alimento a todos (Figura 14). Cada etnia aliada, antes de se deslocar para a festa, efetua uma grande pesca com rede próximo a sua aldeia para levar estes alimentos para o dono da festa, enquanto a comunidade da aldeia anfitriã faz o mesmo. Além dessas grandes pescarias, também ocorre a doação de pequi e a doação de polvilho, durante os meses preparatórios. Estas provisões, que são doadas ao dono da festa, também são redistribuídas a todos os participantes, sejam eles anfitriões, aliados ou convidados.



Figura 14: Indígenas acompanham cantos durante a madrugada



Foto de Ashaua Kuikuro (2023)

Participei de duas grandes pescarias realizadas em prol das duas festas citadas acima e, em ambas, houve queixas da baixa disponibilidade de peixes. Identifiquei duas linhas de raciocínio utilizadas pelos Yawalapíti para explicar tal acontecido. Uma delas explica a falta de pescado em decorrência dos impactos nas bacias dos rios, enquanto a outra se refere à cosmologia local, considerando a relação da disponibilidade com o *apapalutapa* dono dos peixes. Quando o organizador da festa não segue as regras, o dono do peixe pode se zangar e levar os peixes embora. Um dia antes da pescaria para o *Itsatchi* dos Yawalapíti em 2023, a pajé Mapulu Kamayurá foi chamada para realizar um ritual onde, a partir do consumo de tabaco tradicional, estabeleceu contato com o dono dos peixes e perguntou como seria a pescaria do dia seguinte. Neste momento, a depender da devolutiva da pajé, a comunidade da aldeia

pode festejar ou ficar triste, o que foi o caso. Mapulu, após o transe, informa<sup>62</sup> que não haverá muitos peixes, mas não foi me informado o porquê.

Questiono-me até que ponto a cosmologia local e o conhecimento de uma etnoictiologia e uma etnoecologia são diametralmente opostos. Como vimos, impactos ecológicos e cosmológicos se retroalimentam. Esta é a base da “teoria do ambientalismo” associada a Aritana, que conseguia traduzi-la utilizando o discurso ecológico vigente. Foi o que percebi nas entrevistas que fiz. Collor, Guerra e Tunuly (MOREIRA, 2023b), que falaram sobre como os agentes do agronegócio são capazes de interferir na forma com que os donos protegem e escondem os peixes. Ou seja, apesar de não participarem *a priori* do sistema cosmológico yawalapíti, estes agentes têm total poder de gerar danos internos, e quem está sofrendo as decorrências são os indígenas.

A área de impacto ambiental que ocorre nos arredores da TIX me impressiona, revelando a face de uma ação predatória e destrutiva. O rio Tuatuari, que passa nas proximidades da aldeia Yawalapíti, tem sua nascente localizada próximo ao município de Gaúcha do Norte. Esta está a 112km da aldeia e a 20km de distância do limite da TIX<sup>63</sup>. Para conseguir manter um bom equilíbrio cosmológico e ecológico não só no *Itsatchi*, mas também em outros rituais, cerimônias e dinâmicas internas, como a oferta de comida pós trabalhos de mutirão (Figura 15), é necessária uma frente combativa.

---

<sup>62</sup> Mapulu discursou em kamayurá. Totomai Yawalapíti e Walamatiu Yawalapíti traduziram a fala dela para mim.

<sup>63</sup> Distâncias medidas por mim, utilizando a ferramenta “desenhar e medir” do aplicativo para celular *Avenza Maps*.

Figura 15: Partilha de comida pós mutirão, Aldeia Yawalapíti.



Foto do autor (2023)

Evidencio esta questão utilizando as palavras de Walaku (MOREIRA, 2023b), em uma entrevista realizada em sua casa, na aldeia Tuatuari, e transcrita por mim:

O rio, a gente quer manter ele, porque a gente precisa do rio para a gente ter bastante peixe para a cerimônia e os rituais. No caso o Kuarup, que a gente precisa pescar um número de peixes para oferecer para os convidados e para os nossos parentes, a gente precisa manter o rio, tudo como está, para produzir bastante peixe. Então é importante a gente manter o rio inteiro. (Walaku Yawalapíti, entrevista, 2023)

Esta frente combativa ocorre também com o acesso e uso de tecnologias de coleta de dados e monitoramento para preservação dos leitos, em toda a extensão dos rios que cortam a TIX.

## **2.6 Tecnologias e fiscalização.**

Para esta ação combativa, foram necessários o uso e o domínio de novas tecnologias. Além do trabalho de fiscalização interno e nas imediações da TIX, existe também um trabalho externo para que as políticas ambientais sejam cumpridas. Sobre esta questão discurso nativo aponta para uma diferença geracional, em que os mais jovens são cobrados para assumir a responsabilidade em dar seguimento com a cultura e com a luta do povo Yawalapíti. Me admira muito a forma com que este povo

lidou com todas as tecnologias que chegaram na aldeia e, especialmente, o propósito de uso delas. Tapi conta que

agora, como estamos no mundo globalizado, chegou a escola, tem tecnologia, internet, trator, barco, carro e a gente aprendeu a falar em português. Agora é o momento de a gente usar a tecnologia de vocês para salvar a natureza. (Tapi Yawalapíti, entrevista, 2023).

Aritana se preocupava com o protagonismo indígena na defesa do território. Walaku e Tapi (MOREIRA, 2023b) comentam que o projeto do pai era de que os próprios indígenas fizessem a fiscalização dos limites da TIX. Entretanto é compreendido que para que isso fosse possível, antes, era preciso que eles aprendessem sobre as leis e os dispositivos legais, que os jovens fizessem capacitações para se tornarem guardiões da natureza. Esta equipe formada por jovens precisaria também de equipamentos para efetuar todo este trabalho. Dos planos de Aritana, principalmente com o sonho do protagonismo alto-xinguano na gestão do território, surge um instituto que carrega o poder do nome do *amulau*. Fundado, então, em 2023, o Instituto Aritana (IA), desempenha um papel importante de articulação do povo para proteção do Xingu como um todo.

Além do Instituto Aritana, atualmente, diferentes organizações realizam o trabalho de monitoramento territorial da TIX, em parceria com a Coordenação Regional Xingu, da Funai. Dentre estas organizações, podemos citar a Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX) que vem, a mais de uma década, realizando este trabalho de forma sistemática. Outras associações de cunho local também realizam ações e expedições de monitoramento, geralmente nas áreas de fronteira perto dos territórios de seus povos.

O IA carrega o legado de Aritana através de seu filho e atual presidente, Tapi Yawalapíti. Em sua primeira postagem no Instagram<sup>64</sup>, o instituto divulgou o seu foco principal: o monitoramento territorial e o combate às ações predatórias, como a exploração ilegal de madeira, a contaminação dos rios, o desmatamento e a invasão de terra e dos rios pela pesca ilegal. O IA efetuou, em abril de 2023, um evento voltado para os indígenas locais, intitulado “*Capacitação e Planejamento das Ações de*

---

<sup>64</sup> Postagem feita de forma colaborativa com a ONG Conservação Internacional, como uma forma de apresentar o Instituto, que tem perfil na plataforma *Instagram* com o user @institutoaritana. Disponível em: <<https://www.instagram.com/institutoaritana/>>

*Monitoramento Territorial do TIX*”. Estes jovens, munidos das leis, tecnologia e com o legado de um grande líder, após este processo de preparação, estariam cada vez mais aptos a realizar este trabalho com protagonismo. Durante o início da minha pesquisa de campo, Tapi Yawalapíti, em função da presidência do IA, cumpriu uma longa agenda na Europa, tendo encontros com representantes governamentais de sete países e três estados. Os encontros era parte da Campanha Internacional pela Floresta em Pé, onde buscou-se apoio financeiro para desenvolver projetos que visem a preservação da TIX.

O esforço para obter apoio internacional se dá em meio a um cenário de colapso político referente às políticas indigenistas do governo Bolsonaro (2018-2022). O povo Yawalapíti sofreu com este abandono, principalmente durante a pandemia, quando perderam o grande cacique Aritana, falecido em decorrência do vírus SARS-Cov-19, em agosto de 2020. Apesar de toda dor do luto e das consequências nas dinâmicas da aldeia após a morte do *amulau*, o povo retomou o trabalho de Aritana, dando continuidade a seu trabalho, sendo conduzidos por Tapi e Walaku.

É importante salientar que o protagonismo e a articulação indígena em momento algum se coloca acima dos órgãos governamentais que têm responsabilidades sobre os problemas tratados aqui, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. A ideia do IA é trabalhar em conjunto com os órgãos, mas também conter uma boa estrutura interna para desenvolver projetos de preservação, com auxílio do Estado. Outro propósito do IA é conseguir dados suficientes para formalizar denúncias cabíveis no Ministério Público e na FUNAI e, com isso, exigir com que o Estado tome as decisões cabíveis, mantendo a constitucionalidade. Constituição essa que, no Art. 231, prevê que é responsabilidade de União assegurar o uso exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos dentro da TI aos indígenas que lá vivem (BRASIL, 1988).

## **Conclusão**

No primeiro capítulo, vimos que o governo, representado pela Frente Parlamentar do Agronegócio e diversos outros órgãos<sup>65</sup>, desenvolveram uma relação

---

<sup>65</sup> Pompeia (2021) descreve a relação do Estado com estas instituições, nos capítulos 5 e 8 de sua obra. A autora cita, por exemplo, a Associação Brasileira do Agronegócio, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Empresa Brasileira de Pesquisa

público-privada com o agronegócio. A intenção por trás desta relação é o fomento e o desenvolvimento de políticas de fortalecimento do agronegócio, gerando uma série de benefícios ao setor. Com esta estrutura, foi possível desenvolver uma produção em larga escala para o cenário nacional, com o foco em exportação de *commodities*, sendo impulsionada pelo uso de grandes extensões de terras munidas de complexos agroindustriais. Fernandes (2004, p. 1) observou que:

a imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias

A expansão das fronteiras agropecuárias trouxe sérias consequências, geralmente associadas aos danos sobre a cobertura vegetal, ao desequilíbrio ecológico, à expropriação de terras, aos conflitos com povos indígenas e outros grupos tradicionais<sup>66</sup>.

Dentro da política de fomento ao agronegócio, a agricultura familiar é pouco incentivada, ainda mais se considerarmos que os povos indígenas podem ser caracterizados como praticantes deste tipo de agricultura. Entretanto, o conflito territorial está longe de ser atrelado somente a uma diferença entre tipos de agricultura. Existe, de fato, um conflito territorial. A TIX, por exemplo, foi estabelecida durante uma política de mercado de terras do governo do estado de Mato Grosso, que teve início na década de 50. A Este período foi marcado pela concessão e venda de glebas de terra a interessados para desenvolver atividades de agricultura, assim como para acessar recursos que estavam resguardados nestes territórios. Estes agentes, que depois passam a integrar e se intitular como o agronegócio, se articularam politicamente de forma unificada através de projetos, de políticas públicas e do *lobby* para conseguir consolidar suas atividades. Em um primeiro momento, as atividades eram respaldadas por contratos de colonização, que destinavam as terras para algum projeto desenvolvimentista do Estado. Em um segundo momento, as terras foram vendidas e documentadas e, em sua maioria, foram estabelecidas atividades latifundiárias. Evidencio que “o agronegócio procura manter o controle sobre as

---

Agropecuária, dentre outros órgãos e organizações que participaram e participam do processo de fomento e promoção ao agronegócio.

<sup>66</sup> Aos que se interessarem pelos danos gerais, ver Pompeia (2021) que, no capítulo 7, aborda quase todos os problemas gerados pelo agronegócio.

políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação” (FERNANDES, 2004, p.4)

Os problemas territoriais geralmente estão ligados a perspectivas e práticas diferentes, principalmente voltadas ao uso da terra e ao desenvolvimento de técnicas agrícolas. Já a agricultura desenvolvida pelos povos indígenas tem seu foco na alimentação do próprio povo, ou seja, é classificada como cultivo para subsistência. Apesar de alguns povos indígenas terem desenvolvido projetos para exportação de produtos de suas terras com fins lucrativos, como os Kayapó e a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), a relação que os Yawalapíti desenvolvem com o que chamamos de recursos naturais e “natureza” é totalmente diferente da relação desenvolvida pela agricultura patronal. A crítica e discussão deste povo sobre o cultivo em grande escala – que, na região, é voltado para a produção de culturas de soja, milho, sorgo e algodão – não são atreladas somente ao problema da capitalização em massa através da produção e da estrutura política do agronegócio. Como vimos, o debate nativo também passa por questões cosmológicas. Neste trabalho, busquei evidenciar que os dados públicos sobre o avanço do desmatamento e sobre a contaminação de rios e solos com agrotóxicos. Contudo, existem outras formas que o agronegócio impacta a cultura do povo Yawalapíti, estando diretamente ligadas à forma com que os agentes do agronegócio da região lidam com a terra e com seus recursos.

Segundo os Yawalapíti, estes agentes não estão preocupados com o equilíbrio cosmológico, tampouco conseguem perceber que uma boa relação com a “natureza” e o uso consciente dos recursos que ela guarda é totalmente essencial para este equilíbrio. As atividades predatórias sobre o uso da terra que impacta os fluxos hídricos têm feito com que os *apapalutapa* se mudem constantemente em fuga. Tal fuga não é só uma consequência dos avanços das fronteiras agropecuárias, mas também do garimpo, das hidroelétricas, da pesca esportiva. Isto acontece pois os *apapalutapa* protetores da fauna e flora, quando o ambiente está desgastado – como se encontram as fazendas nas fronteiras da TIX –, optam por se mudar para outros lugares onde se mantém o equilíbrio cosmológico e ecológico.

A demarcação do Parque Indígena do Xingu fez com que os *apapalutapa* tivessem um lugar para se resguardar. Entretanto, até mesmo dentro dos limites da TI, já se encontram problemas advindos do seu entorno, principalmente pelo uso desregulado de agrotóxicos. A demarcação da TI, em 1961, foi parte de um projeto

socioambiental mobilizado pelas preocupações com o uso dos recursos do corredor Xingu, assim como com a grande importância hídrica da região. A partir dos índices de contaminação por agrotóxicos dentro da TIX, relatados por Smith (2022), e dos danos sobre cobertura vegetal e a alta preservação da terra indígena, como constatado em Eloy *et al.* (2022), percebe-se que:

Ser a maior Terra Indígena do Mato Grosso é um indicador suficientemente grande se observarmos a pressão que exercem as novas frentes de desmatamento sobre sua área. Mas o Parque vai além: é uma verdadeira ilha de grande riqueza no meio da paisagem transformada. (ISA, 2011, p.11)

Apesar da demarcação da terra indígena, os povos que lá vivem precisaram e precisam se articular para efetuar uma boa gestão territorial e ambiental, além de desenvolverem projetos para fazer um uso consciente dos recursos disponíveis. É importante reiterar que a necessidade de tratar deste tema internamente se dá pela influência das pressões exercidas sobre a terra indígena. Este povo considera como de extrema importância esta organização, principalmente ao considerar que existem diversos recursos que são essenciais para a preservação e continuidade da cultura do povo Yawalapíti – assim como descrito na seção 2.2.

A articulação dos povos xinguanos conta com uma vasta lista de lideranças e caciques – descrito na seção 2.4 – que se articularam conjuntamente e iniciaram um grande movimento político. Este era mobilizado de forma que ocorresse um encontro de saberes. Primeiro, estes líderes buscaram mostrar aos xinguanos o valor de se manter a cultura, a mitologia e suas histórias, para depois passarem a tratar de temas voltados ao ambientalismo, à ecologia, à agronomia e ao monitoramento de territorial. O cacique Aritana foi o responsável por criar uma teoria ambientalista que desse conta também do cosmos indígena em suas articulações e pautas. Segundo esta teoria, a preservação dos limites da TIX deveria ser feita por um conjunto de leis que resguardam o uso da terra demarcada aos indígenas, visando preservar o equilíbrio cosmológicos. As possíveis decorrências deste desequilíbrio cosmológico e as possíveis consequências geradas pelos *apapalutapa* talvez sejam um bom caminho para a continuidade da pesquisa.

Hoje existem órgãos que investem em políticas públicas para defender e garantir os direitos dos povos indígenas do Xingu. A Associação Terra Indígena do Xingu e o Instituto Aritana são exemplos destes. Ambos investem na capacitação e



aquisição de equipamentos voltados para o setor de monitoramento, assim como no desenvolvimento de projetos culturais e ambientais. Atualmente, já existe uma equipe jurídica indígena<sup>67</sup> atenta, que acompanha todos os projetos que são estabelecidos nas proximidades dos limites da terra indígena. Destes projetos, podemos citar a expansão e manejo da BR 242, que está sendo debatida entre os órgãos estaduais competentes<sup>68</sup> e a Associação Terra Indígena do Xingu. De fato, existem diversos outros problemas fundiários e territoriais envolvendo grandes projetos desenvolvimentistas que não cabem nestas linhas, mas a certeza que se tem é que “se não houver barreiras contra as investidas que querem destruir os direitos dos povos indígenas a suas terras, não se terá paz” (POMPEIA, 2021, p.31).

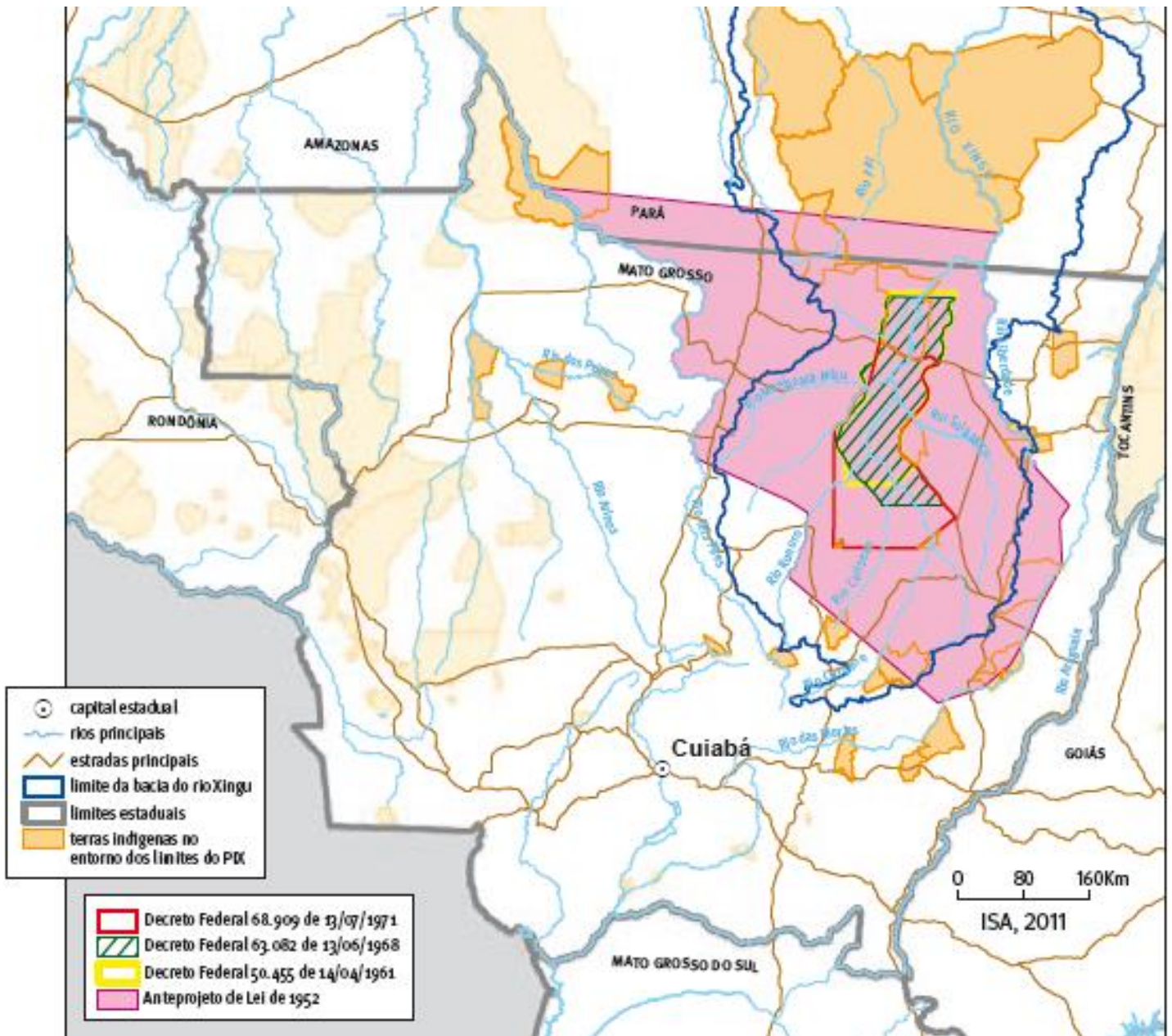
---

<sup>67</sup> Destaco o trabalho do advogado Ewesh Waujá Yawalapíti, referência dentro da ATIX.

<sup>68</sup> Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Fundação Nacional dos Povos Indígenas (SIGLAS).

## Anexo 1

### Projetos de delimitação e demarcação do Parque Indígena do Xingu<sup>69</sup>

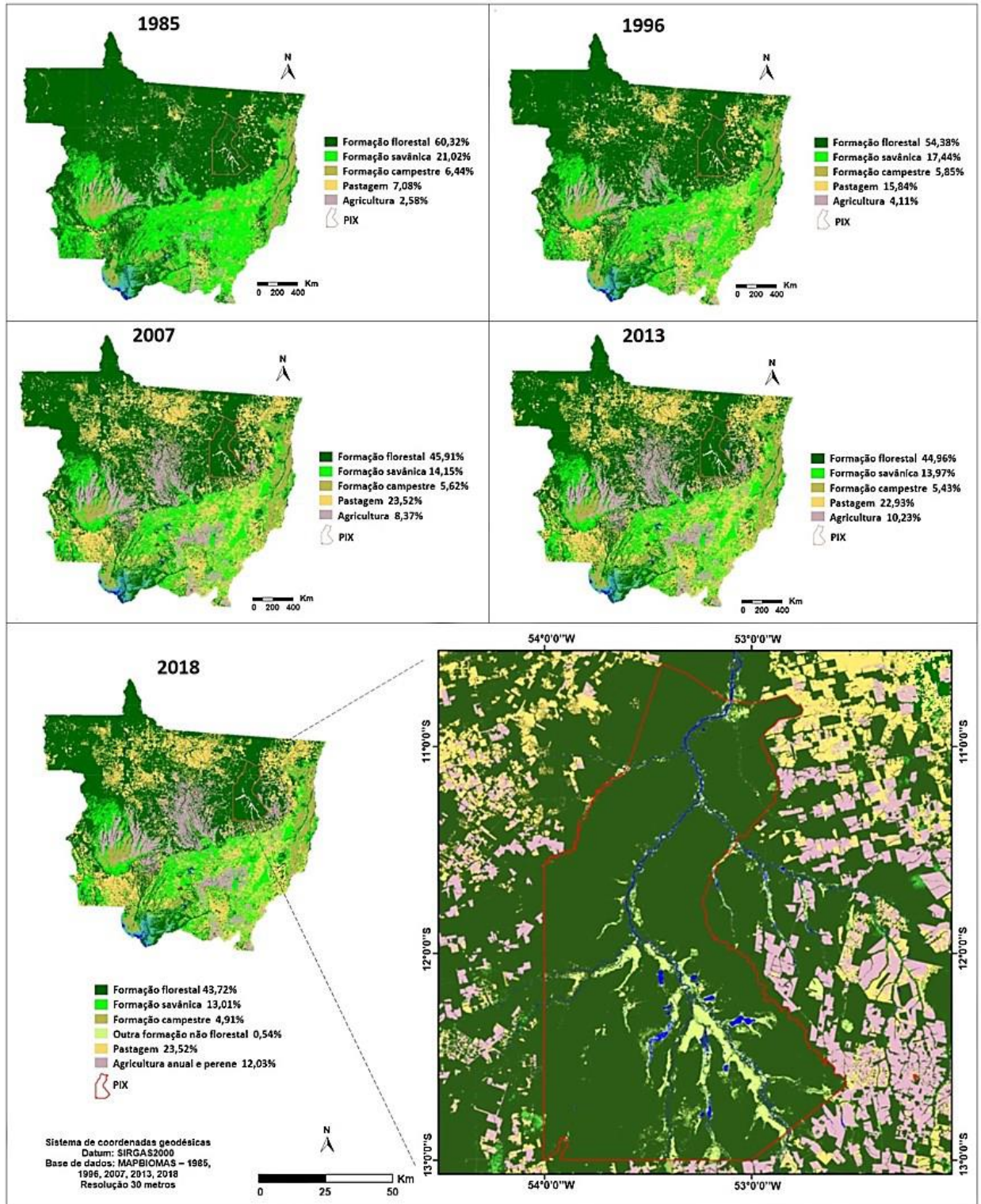


Fonte: ISA, Instituto Socioambiental. Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos. 1.ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p.46

<sup>69</sup> Para melhor visualização do mapa foi-se diminuída a margem da página.

## Anexo 2

Mapa de uso e cobertura do solo da região de estudo.



Fonte: SMITH, Ana Katherine de Godoy. **Estudo da ocorrência de resíduos de agrotóxicos em sedimentos na região do Parque Indígena do Xingu.** Universidade Federal de São Paulo [UNIFESP], 2022.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, João Carlos A. S. de. **Esboço biográfico de Aritana Yawalapíti: a formação de um chefe prototípico**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 18, n. 1, p. 1–26, 2023.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Agribusiness. **Plano de ação 2011-2014-2020** – Propostas aos presidentiáveis. São Paulo: Abag, 2010.

BECK, Martha. *Um governador em pé de guerra com a Funai*. Acervo, O Globo. 10 de agosto de 2003.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. Ra'e ga : O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, n. 8, p. 141-152, 2004

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Decreto nº 7.037**, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNHDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n.244, p.17, 22 dez. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

CASTRO, E. B. V. **A fabricação do corpo na sociedade xinguana**. In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Os Involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento**. Caderno de Leituras, n.65, Belo Horizonte, 2017, pp. 1-9

CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021. 12 p. (Seção 5: Os territórios indígenas e tradicionais protegem a biodiversidade?)

DAVIS, J. H. **Business responsibility and the market for farm products**. Boston Conference on Distribution, 17 Oct. 1955, box 1, folder 2. John H. Davis Papers, Special Collections, National Agricultural Library, Beltsville, Maryland.

DESCOLA, P. **Ecologia e cosmologia**. In: DIEGUES, A.C. (Org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

ELOY, Ludivine; SOUZA, Cláudia de. NOGUEIRA; Mônica Celeida Rabelo. BARRETO FILHO, Henyo Trindade; BUSTAMANTE, Patricia; EMPERAIRE, Laure. **“Os sistemas agrícolas tradicionais nos interstícios da soja no Brasil: processos e limites da conservação da agrobiodiversidade**. », *Fronteiras* [Online], 45 | 2020, publicado em 26 de maio de 2020, acessado em 3 de março de 2023. URL: <http://journals.openedition.org/confins/28182>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.28182>

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e reforma agrária**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

GOMES, Marcos Emílio. Anais da agromitologia. **O agro é top? Uma radiografia de tudo que o agronegócio não quer que você saiba**. Revista Piauí, Edição 192. Setembro, 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agro-e-top/>>

GORDON, César: **Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: ISA/NUTI/UNESP, 2006. p.179-203, p.275-300.

ISA, Instituto Socioambiental. **Parque Indígena do Xingu: referência em conservação da sociobiodiversidade da Amazônia**. IN: Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos. 1.ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **Paixão pela mercadoria**. IN: A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras. 2015

KRENAK, Ailton: **Ideias para adiar o fim do mundo**. Ed. Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton: **O amanhã não está à venda**. Ed. Companhia das Letras, 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "Guerra e Comércio entre os Índios da América do Sul". Revista do Arquivo Municipal, 8(87): 131-146, 1942.

MENEZES, Maria Lucia Pires de: **Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal**. Campinas/São Paulo: UNICAMP/Imprensa Oficial, 2000.

MOREIRA, Diego G. L. **A articulação Yawalapíti frente aos avanços da fronteira agropecuária sobre o Alto-Xingu: desafios para gestão territorial, ambiental e preservação da cultura**. IN: XIV REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA MERCOSUL, UFF- Rio de Janeiro, 2023a. Anais eletrônicos, GT 114, disponível em URL: <https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/anais/divisao/lista> ISBN: 978-65-993851-8-6

MOREIRA, Diego G. L. **Diário de Campo**. Manuscrito, 2023b.

NOVAES, Marcelo Carneiro e JENSEN, Thomaz Ferreira. **Agrotóxicos, capital financeiro e isenções tributárias**. In Direitos Humanos no Brasil 2020: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Org. Daniela Stéfano e Maria Luísa Mendonça. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

OLIVEIRA, R. C. "Relatório sobre uma investigação sobre terras em Mato Grosso", in SPI, 1953/54. Rio de Janeiro, CNPI, 1955.

POMPEIA, Caio: **Agro é tudo: simulações no aparato de legitimação do agronegócio**. USP/ São Paulo, 2010.

POMPEIA, Caio: **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante/ São Paulo, 2021. p.124-150, p.261-283.

SEEGER, A.; DAMATTA, R.; CASTRO, E. B. V. **A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras**. Boletim do Museu Nacional, v. 32, n. 1-2, p. 2-19, 1979.

SMITH, Ana Katherine de Godoy. **Estudo da ocorrência de resíduos de agrotóxicos em sedimentos na região do Parque Indígena do Xingu**. Universidade Federal de São Paulo [UNI-FESP], 2022.

SMITH, Maíra; GUIMARÃES, Marco A. **Gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas: reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista**. Florianópolis. In: Anais do Encontro da Associação de Pesquisa e Pós - Graduação em Ambiente e Sociedade. p. 01 – 19. 2010.

VILLAS BOAS, O. **Depoimento à CPI Assuntos Fundiários**, *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 28 set., 1979

### Referências Complementares

AGRONEGÓCIO: veja os 10 principais Estados produtores do Brasil. Summit Agro: Estadão. Publicado em 5 de junho de 2023, acessado em 7 de julho de 2023. Disponível em: <<https://summitagro.estadao.com.br>>

BOLSONARO quer perdoar dívida rural: o rombo é de R\$17 bilhões. Sociedade Nacional de Agricultura. Publicada em 21 de dezembro de 2018, acessada em 19 de outubro de 2023. Disponível em: < <https://www.sna.agr.br>>

BOURSCHEIT, Aldem. 98% das multas do Ibama na Amazônia estão paradas desde 2019. InfoAmazônia. Publicado em 6 de janeiro de 2022, acessado em 7 de março de 2023. Disponível em: < <https://infoamazonia.org>>

BRASIL exportou 9% a menos de soja no 1º semestre em comparação a 2021. Canal Rural. Publicado em 3 de agosto de 2022, acessado em 7 de março de 2023. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br>>

CÂMARA dos Deputados. “Estudo mostra que estados perderam R\$ 25 bi no ano passado em razão da Lei Kandir”. Publicado em 30 de agosto de 2017, acessada em 19 de outubro de 2023. Disponível: < <https://www.camara.leg.br>>

DESTAMENTO ilegal avança no Mato Grosso e pressiona Território Indígena do Xingu. Instituto Socioambiental. Publicado em 9 de abril de 2020, acessado em 7 de março de 2023. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br>>

DESMATAMENTO no cerrado aumenta 25% em 2022 e atinge maior valor em sete anos. WWF-Brasil. Publicado em 14 de dezembro de 2022, acessado em 17 de outubro de 2023. Disponível em: < <https://www.wwf.org.br/>>

FREITAS, Hélen. Fazendeiros jogam agrotóxico sobre Amazônia para acelerar desmatamento. Repórter Brasil. Publicado em 16 de novembro de 2021, acessado em 10 de março de 2023. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br>>

ENTENDA a campanha “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Rede Globo. Publicado em 2014, acessado em 12 de novembro de 2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Censo Agropecuário, 2017. Disponível em:<[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)>

“LEGAL”, desmatamento no Mato Grosso cresce e vai na contramão da Amazônia. Pública. Publicado em 6 de julho de 2023, acessado em 17 de outubro de 2023. Disponível em:<<https://apublica.org/>>

O que são Ecótonos. ((O)) Eco. Publicado em 12 de dezembro de 2014, acessado em 12 de novembro de 2023. Disponível em: < <https://oeco.org.br> >

PIB do agronegócio brasileiro. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA; Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ; Universidade de São Paulo - USP. Publicado em 28 de setembro de 2023, acessado em 19 de outubro de 2023. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br> >

PLANO Safra 2021/2022 é lançado com juros a partir de 3%. Publicado em 22 de junho de 2023, acessado em 19 de outubro de 2023. Disponível em: < <https://www.movimentoagro.com.br> >

RESERVAS de ouro em Nova Xavantina aumentam 18%. Brasil Mineral. Publicado em 29 de março de 2023 e acessado em 05 de outubro de 2023. Disponível em: < <https://www.brasilmineral.com.br> >